



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2017

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como principal finalidade prestar informação adicional às demonstrações financeiras por parte da Câmara Municipal, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação dos dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos à execução do ano económico de 2017.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório alguns dos quadros e gráficos que melhor podem estabelecer o enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2017, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Este enquadramento deve, desde logo, considerar algumas circunstâncias concretas e influenciadoras da situação transposta dos documentos de prestação de contas, como sejam:

1. A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas.
2. O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma completamente ampla o património real do Município, não obstante o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de dar continuidade ao processo de valorização de todos os elementos do ativo.
3. A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que no ano de 2017 se manteve de novo abaixo dos montantes obtidos em anos anteriores de maior atividade de investimento, uma vez que, tendo havido um enorme esforço em matéria de preparação de projetos e de submissão de candidaturas e ainda de reprogramação de algumas operações que já haviam sido objeto de aprovação, estas não refletem ainda uma atividade efetiva neste período de vigência do Portugal 2020 em termos de desenvolvimento de projetos concretos de investimento e de recebimento de participações.
4. Dada a sua natureza integralmente pública e sem carácter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### CÂMARA MUNICIPAL

económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da afirmação com Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade.

5. No ano de 2017 ocorreram eleições autárquicas, cujo processo não deixa de ter alguma influência na capacidade normal de realização de despesas e de concretização de investimentos, tendo em conta as limitações de ordem legal e, sobretudo, os condicionamentos que, do ponto de vista ético e deontológico, se colocam na ação dos protagonistas que se encontram no desempenho de funções e são, simultaneamente, candidatos nas mesmas eleições autárquicas.
6. Por último, a parte final do ano de 2017 foi drasticamente afetada pelos incêndios que atingiram todo o território do Município de Oliveira do Hospital nos dias 15 e 16 de outubro, tendo-se tratado de uma catástrofe de dimensões gigantescas e com consequências dramáticas a diversos níveis, de tal modo que:
  - 6.1 Foi necessário no imediato encontrar as respostas que era necessário dar às pessoas, às famílias e às empresas, minimizando os danos e os enormes impactos que os incêndios lhes causaram;
  - 6.2 Procurou-se elevada articulação com as diversas entidades no sentido da canalização dos apoios a favor dos seus destinatários mais carenciados;
  - 6.3 Foi prestada a assistência de emergência logo na primeira noite do incêndio e durante os dias seguintes, proporcionando alojamento alternativo para as famílias que ficaram sem as suas habitações e assistindo as famílias que sofreram a dor profunda de falecimentos de familiares, ou daquelas que tiveram feridos graves;
  - 6.4 Logo nas horas seguintes e por parte dos serviços da Câmara Municipal, que mostraram sempre enorme disponibilidade e elevado empenhamento desde o primeiro dia, foram desenvolvidas as mais diversas tarefas relacionadas com o restabelecimento da normalidade, seja ao nível da reposição das infraestruturas sob responsabilidade do Município, seja nos trabalhos de enterramento dos animais e demolição das construções que ficaram em ruínas com potencial de perigo para pessoas ou outros bens, seja ao nível da assistência em bens alimentares, de roupas e agasalhos, seja no levantamento dos danos no terreno e identificação das primeiras necessidades ao nível dos pequenos arranjos nas habitações afetadas de forma menos destrutiva, seja ao nível do apoio às empresas e particulares nos mais diversos domínios, designadamente através da criação do Gabinete de Apoio às Empresas Vítimas do Incêndio e de outras infraestruturas locais de auxílio na preparação e submissão de candidaturas de empresas, de pessoas afetadas com a perda total ou parcial das casas de habitação permanente e de pessoas com prejuízos agrícolas;
  - 6.5 Posteriormente, foi preciso dar execução ao programa Renascer, que nos mobilizou e mobiliza ainda a todos, dentro e fora da autarquia, dentro e fora das instituições que conosco têm estado envolvidas, através do qual têm vindo a ser consolidados e prosseguidos todos os mecanismos de apoio colocados ao serviço das vítimas dos incêndios, suprimindo as mais diversas carências que vão sendo identificadas em cada grupo.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Importa salientar que as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2017 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação essencial a continuidade do esforço que vem sendo desenvolvido em prol do desenvolvimento do território do concelho de Oliveira do Hospital e da afirmação das suas principais potencialidades, tendo em vista obter o melhor posicionamento em termos de captação de novos investimentos e de novos residentes e visitantes. Em concreto, o desempenho obtido do exercício transato foi inspirado em quatro vetores essenciais de orientação:

Em primeiro lugar, uma postura de sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, seja através da obtenção de mais ganhos de eficiência nas diversas áreas e de escolha das opções mais vantajosas do ponto de vista do interesse económico do Município.

Em segundo lugar, um elevado ênfase nas políticas de apoio às camadas mais desfavorecidas da população, através do fomento da empregabilidade e do apoio às principais carências manifestadas pelas famílias em matéria de condições de habitabilidade, apoio à primeira infância e incentivos à frequência do ensino superior, as quais adquiriam uma dimensão muito mais significativa após a tragédia de 15 de outubro.

Em terceiro lugar, um reforço da relevância que deve ser dada às matérias relacionadas com os instrumentos de gestão territorial e com os mecanismos vocacionados para apoiar e definir o desenvolvimento estratégico do território municipal, tendo por base essencial o Plano Diretor Municipal em vigor, mas também o bom aproveitamento dos elevados investimentos municipais realizados em ordem ao apetrechamento dos serviços municipais com meios tecnológicos de elevada utilidade, designadamente os referentes ao projeto SIG - Sistemas de Informação Geográfica. Nesta matéria, a alteração parcial do Plano Diretor Municipal executada no exercício de 2017 e já aprovada no atual ano de 2018 vem permitir uma melhor adequação do Plano às novas dinâmicas que os aglomerados do concelho vêm evidenciando em termos de expectativas de crescimento em novas construções e novos investimentos.

Em quarto lugar, o reforço do alinhamento com a política de investimentos do Município e a sua articulação com o novo envelope financeiro através do Portugal 2020, através do PEDU, do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, ou do POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso de Recursos.

A realização do ano económico do 2017 sublinhou estas preocupações essenciais, o que ficou demonstrado pelas inúmeras diligências realizadas junto de instituições regionais e nacionais na procura dos melhores apoios e compromissos para as causas em que nos empenhámos e, sobretudo, pelos atos quotidianos de decisão e realização e de planeamento do futuro, sem nunca descuidar todas as circunstâncias excecionais e todas as situações imponderáveis que, de modo particular no exercício de 2017, foram colocadas perante os responsáveis autárquicos.

O presente Relatório, bem como os documentos de prestação de contas que o acompanham, demonstram que tais propósitos foram substancialmente atingidos e sem prejuízo do necessário clima de consenso e concertação permanentes entre a generalidade dos agentes políticos, uma vez que os propósitos serão sempre os de melhor servir o interesse público municipal e do desenvolvimento económico e social.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

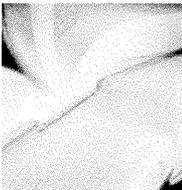
## CÂMARA MUNICIPAL

### VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



#### Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.



#### Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



#### Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Munição, da Inovação e da Pró-atividade.



#### Objetivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:  
Desenvolver uma nova cultura organizacional  
Melhorar a relação Organização – Munição  
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias  
Simplificar e desburocratizar procedimentos
2. Valorização dos Recursos Humanos:  
Promover a formação dos trabalhadores  
Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais  
Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos
3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:  
Implementar e melhorar a rede de infraestruturas  
Promover o desenvolvimento turístico  
Melhorar o apoio social  
Adequar a oferta educativa às necessidades do Município  
Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

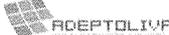
### PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2017 as seguintes participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2015)	Resultado Líquido (Exercício 2015)	Particip. Social	Saldo Final
				%	
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA	388 886,00 €	-251 951,85 €	0,36%	5 000,00 €
41132	Município-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3 336 854,90 €	9 920,19 €	0,16%	4 985,01 €
41133	Mata douro Regional da Beira Serra, SA c)	904 540,30 €	-325 027,28 €	2,22%	24 000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9 980,00 €
41135	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. c)	357 370 309,02 €	15 788 760,06 €	0,27%	459 315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente c)	971 769,53 €	23 827,96 €	0,40%	1 500,00 €
41137	BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação c)	3 259 735,42 €	8 792,30 €	44,00%	7 000,00 €
4122	FAM - Fundo de Apoio Municipal				683 812,57 €
a) - Informação não disponível			b) De 2015	c) De 2016	1 195 592,58 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e integra, na qualidade de associado, a ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, a ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e a Associação Geopark Estrela.



No âmbito das entidades intermunicipais e para além da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses e suas secções, o Município está também integrado na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e na CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em cujo Conselho Intermunicipal o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ocupa, pelo segundo mandato consecutivo, uma das vice-presidências.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2017 registou um crescimento da economia mundial de 3%, idêntico ao que se havia verificado nos anos de 2015 e 2016, sendo relevante que as principais economias mundiais mantiveram comportamentos de resistência face aos contextos adversos que vinham do passado e evidenciaram uma propensão para a consolidação dos sinais de crescimento que já se vinham sentido há algum tempo. O principal destaque foi para a Zona Euro, que beneficiou de um clima de baixa nos preços das recursos energéticos e que evidenciou uma recuperação da confiança dos agentes económicos, uma diminuição da taxa de desemprego e da redução de riscos políticos, apenas perturbados pelos sinais de instabilidade e de inconsistência no processo relacionado com o *brexit*. Os Estados Unidos e o Japão registaram também crescimentos significativos no PIB, superiores a 2%, dando boa compensação aos menores crescimentos que se tinham verificado na transição de 2015 para 2016, para além de que qualquer destas economias vêm registando diminuições significativas das respetivas taxas de desemprego desde 2013, com os naturais impactos positivos no crescimento do produto e do consumo interno. Por seu lado, o Reino Unido evidencia alguns sinais de preocupação no comportamento dos seus principais indicadores, com receios quanto ao possível efeito de contágio que pode vir a produzir em alguns países da Zona Euro e, por conseguinte na média de toda a União Europeia. No grupo das principais economias emergentes e após as descidas acentuadas iniciadas em 2011, África do Sul, Brasil e Rússia infletiram face ao percurso negativo que vinha de trás, Índia reduziu ligeiramente a sua taxa de crescimento do PIB e China manteve um crescimento próximo dos 8%, ou seja, muito acima das taxas de crescimento dos principais blocos económicos mundiais.

Em Portugal o crescimento do PIB atingiu 2,6%, mais duas décimas do que a média da zona euro (2,4%), e evidenciando uma vez mais melhorias nalguns dos principais indicadores que concorrem para a formação do PIB, consolidando assim o percurso de recuperação e crescimento económico sustentável que se vem formando há pouco mais de dois anos.

Desde logo, o consumo público com + 2,2% e o consumo privado com + 0,1%, mas também o maior crescimento das exportações, com + 7,7%, em comparação com o crescimento das importações, com + 7,5%.

O desemprego desceu para 9,1% no final do ano de 2017, aproximando-se mais da taxa média de desemprego da Zona Euro, que foi de 8,7%. Em Portugal, este valor situava-se em 11,0% no final de 2016, reduzindo do valor final de 12,4% de dezembro de 2015, pelo que o valor no final do exercício findo acalentar boas perspetivas quanto a uma redução ainda mais consistente nos próximos anos.

Tal como em relação à taxa de desemprego, inverterem-se no ano de 2017 as tendências negativas de alguns outros indicadores macroeconómicos, que por sua vez influenciaram de forma positiva o ambiente económico, social e político que o país tem evidenciado de forma muito impressionante, tendo mesmo conquistado para Portugal a presidência do Euro Grupo, com tudo o que isso significa em matéria reputacional e de perspetiva quanto às principais tendências a estabelecer para as políticas económicas de toda a Europa.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Na perspetiva social, são ainda visíveis alguns casos de pobreza, que têm tido um acompanhamento muito próximo por parte das principais entidades e organismos em articulação com a Câmara Municipal, desde logo quando tem sido possível que os mesmos sejam devidamente sinalizados e, com isso, lhes seja prestado o apoio possível por parte dos meios de intervenção de que o Município dispõe para este tipo de situações, seja na lógica do apoio financeiro ou outro convertido em trabalho de interesse social, seja na alocação de apoios diversos, consoante a natureza das necessidades e carências manifestadas.

No contexto do território do próprio município, verificou-se uma inversão na tendência dos últimos três, em que se registou uma contenção financeira, sobretudo ao nível da capacidade de realização de investimentos públicos, em consequência do atraso que afetou todo o início e o arranque do Portugal 2020. O ano de 2016 tinha sido essencialmente marcado pela preparação em concreto das operações e dos investimentos a levar a efeito durante o período de vigência do Portugal 2020, durante o qual foram já possíveis de iniciar alguns dos investimentos incluídos nos documentos estratégicos nos quais assenta a abordagem do Município a esta fonte essencial de financiamento, mas foi no ano de 2017 que se desenvolveram esforços de maior dimensão em ordem à concretização de alguns desses investimentos, designadamente em matéria de saneamento básico.

Veremos, mais adiante e com maior detalhe, informação concreta relativamente à posição atual do Município em matéria de acesso aos fundos comunitários mas, não deve deixar de realçar-se, desde já, que em matéria de saneamento básico, por exemplo, foram apresentadas candidaturas cujos investimentos ascendem a cerca de 2 milhões de euros e que envolvem a rede de abastecimento de água a Parceiro, Covão e Alentejo e os Sistemas de Águas Residuais, incluindo ETAR's em Chamusca da Beira, Póvoa das Quartas, Galizes, Vilela, Negrelos, Póvoa de São Cosme, Seixas, Vale Torto, Lourosa e Chão Sobral. Todas as operações se encontram aprovadas e em fase de preparação dos respetivos procedimentos de contratação pública, tendo em vista a sua realização ainda durante o ano de 2017.

Em matéria de investimentos integrados no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, já foi executada e concluída a operação relativa à Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos que, tal como esperado, veio conferir outra qualidade urbana à parte norte da Cidade e àquela que é uma das suas principais vias de entrada no miolo urbano. Por outro lado, foram já desenvolvidos os trâmites relativos ao procedimento de contratação pública inerente à Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura, cuja empreitada se encontra adjudicada e a aguardar Visto do Tribunal de Contas para poder ser iniciada, a qual também já foi objeto de apresentação de candidatura, aguardando-se para muito breve a sua aprovação pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro.

No que respeita aos investimentos que o Município conseguiu incorporar no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, estão ainda em execução a “Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes”, a



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

“Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela”, as “Ruínas Romanas da Bobadela e Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial”, investimentos que, devido ao seu enorme condicionamento às regras e determinações decorrentes do acompanhamento da Direção Regional da Cultura do Centro, em função também da ocorrência de achados arqueológicos de elevada valia patrimonial, sofreram atrasos significativos nos seus prazos de execução e, nalguns casos, na própria determinação dos trabalhos a realizar.

Por seu lado, a “Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira”, é um operação cuja empreitada já se encontra concluída, mas sobre a qual está em curso uma reprogramação da candidatura ao Centro 2020, tendo em vista a inclusão das despesas inerentes ao apetrechamento deste equipamento.

Está em curso, portanto, um novo ciclo de investimentos, com os quais se voltarão a registar e a comprovar a excelente capacidade de aproveitamento do Município no acesso aos fundos comunitários e a elevada performance na concretização efetiva dos investimentos.

De tal modo que pudemos ver, já no ano de 2017, em termos de execução orçamental, um significativo aumento dos seus principais valores e indicadores. Por exemplo, as receitas registaram um aumento geral de 2.154.952,58 € (+ 14,06%), tendo sido mais significativo e com maior contributo para esta diferença o crescimento verificado em Vendas de bens e serviços correntes, em Transferências de capital e no Saldo da gerência anterior, sendo que houve também o contributo da conta de Passivos financeiros que registou uma entrada de 1.000.000,00 € por conta do empréstimo de 2 milhões de euros aprovado durante o exercício de 2016.

A despesa acompanhou a situação conjuntural de crescimento face ao ano anterior, com um acréscimo de 2.352.768,67 € (+ 17,46%), tendo daí resultado um forte aumento na capacidade de satisfação dos interesses legítimos e das necessidades básicas das populações, seja ao nível da prestação de serviços públicos essenciais, da manutenção das infraestruturas e equipamentos públicos, do apoio às instituições que prestam serviços de interesse geral e coletivo e, bem assim, das respostas às ainda elevadas situações de privação das camadas mais desfavorecidas, ao nível de bens alimentares, de vestuário, de condições de habitabilidade e outros, tanto mais que em Aquisição de bens de capital o acréscimo registado foi de 2.407.562,47 €, ou seja, superior ao aumento global das despesas verificado entre 2016 e 2017.

A situação financeira da autarquia é, portanto, agora um pouco diferente da que se tem registado nos últimos exercícios, onde se destacava uma tendência de redução das suas receitas e, naturalmente, das suas despesas, situação que o ano de 2017 inverteu de forma expressiva e com expectativas de que se possa manter, atendendo a que a realização das operações que materializam o acesso aos fundos do Portugal 2020 ainda está no seu início.

Em termos globais as receitas de 2017 correspondem ao melhor registo de sempre no Município, tendo ultrapassado o ano de 2011 em que tinha já sido obtido um valor global



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

superior a 17 milhões de euros. Ou seja, com o montante de 17.486.274,07 €, o Município de Oliveira do Hospital conseguiu suplantar o ano de 2011 em mais 246.411,66 €, cuja diferença se fica essencialmente a dever à incorporação do valor utilizado do empréstimo obtido, ao aumento da Venda de bens e serviços correntes e das transferências do Orçamento de Estado e, com menos significado, ao ligeiro crescimento na rubrica de Impostos diretos.

A situação das despesas é, apesar de tudo, menos favorável no que respeita à comparação com o ano de 2011, que tinha sido também o melhor ano de sempre em termos de realização de despesas, uma vez que a realização em 2017 ficou abaixo desse melhor registo em cerca de 1,1 milhões de euros, a que não são alheias as situações de impossibilidade de início das empreitadas referentes às requalificações da Escola Sede do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e da Casa da Cultura/Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, que não puderam ter início por falta de Visto do Tribunal de Contas, cujo reflexo se encontra depois no valor do saldo da gerência anterior, que em 2017 assume um valor extraordinariamente alto, da ordem dos 2 milhões de euros.

Por fim, no que se refere aos resultados obtidos ao nível das taxas de realização dos documentos previsionais, designadamente GOP's e Orçamento, verificaram-se respetivamente, as taxas de 68,26% para as GOP's e de 95,50% / 62,08% para o Orçamento, respetivamente em receitas e despesas.

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

### ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e a proteção dos respetivos direitos num contexto de crise, têm feito parte das prioridades do executivo em permanência ao longo dos últimos anos, procurando sempre proporcionar as melhores formas que, no atual contexto legal e dentro das limitações orçamentais existentes, permitam qualificar, motivar e dirigir os recursos humanos da autarquia em ordem ao bom funcionamento e à melhoria contínua na prestação de serviços às populações e na resposta às solicitações e expectativas dos cidadãos, em particular no ano de 2017, em que os recursos humanos do Município em geral demonstraram uma enorme disponibilidade e uma capacidade de resposta inigualável quando foram chamados a participar em todas as ações e respostas inerentes à tragédia dos incêndios de 15 e 16 de outubro, situação que não podia deixar de ser realçada neste documento.

Quando o referido contexto legal e as circunstâncias do momento atual continuam ainda a não permitir totalmente a motivação dos colaboradores através das recompensas pela via remuneratória, não obstante a ligeira recuperação ao nível da progressiva eliminação dos cortes remuneratórios que tinham sido aplicados aos trabalhadores em funções públicas e a reposição gradual das posições remuneratórias e das progressões, foram sendo adotados diversos mecanismos visando a aproximação dos trabalhadores aos objetivos e às causas que movem todos os responsáveis e agentes ao serviço do desenvolvimento do Concelho.

Estabilizada que foi a estrutura orgânica da Câmara Municipal e feitos os necessários ajustamentos desta em termos de adaptação ao novo paradigma de responsabilidades e desafios com que se confrontam atualmente as autarquias locais, nomeadamente em matéria de posicionamento perante os meios de financiamento externo, fixou-se um objetivo de adequar a estrutura de recursos humanos da autarquia às reais necessidades que esta revela, em coerência, não apenas com os objetivos e desígnios a concretizar, mas também com as concretas disponibilidades financeiras disponíveis para esse fim.

O ano de 2017 deu continuidade ao processo iniciado no ano anterior, em que se verificou uma ligeira inflexão no percurso de diminuição no número de trabalhadores que se vinha registando nos anos anteriores e que, por esta e pelas outras razões acima apontadas, se repercutiu também no volume global de encargos com pessoal, que registou uma ligeira subida, apesar da postura de contenção a que esta área tem sido sujeita no contexto das macro-decisões da Câmara Municipal.

Os quadros seguintes revelam precisamente a posição da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos no final do ano de 2017, destacando-se desde logo, na comparação com o ano de 2016, o crescimento geral do número de trabalhadores, que passou de 215 para 221, por efeito do aumento em 12 dos contratos a termo resolutivo certo e de 1 nas comissões de serviço que, porém, foi amortecido pela redução em 7 no número de contratos por tempo indeterminado.

Ou seja, os aumentos verificados em contratos por termo resolutivo certo, essencialmente no grupo dos assistentes operacionais, corresponde precisamente às



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

situações em que houve necessidade de melhor adequação dos postos de trabalho às reais necessidades dos serviços em termos de cumprimentos das suas obrigações e atividades.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M		2	2				3	7
	F		1						1
Contrato por tempo indeterminado	M			7	12	71	1	4	95
	F			9	21	63		2	95
Contrato por termo resolutivo certo	M			1		19			20
	F					3			3
Contrato por tempo resolutivo incerto	M								
	F								
Outra	M								
	F								
Soma .....	M		2	10	12	90	1	7	122
Soma .....	F		1	9	21	66		2	99
TOTAL .....			3	19	33	156	1	9	221

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores é agora de 222, sendo 122 homens e 99 mulheres. É também de salientar que, mesmo com o crescimento verificado em 2017, há que salientar a redução de 71 elementos desde 2009, ano em que a contagem total era de 292 trabalhadores, estando nas razões desta redução várias situações como aposentação, mobilidade externa, cessação de contratos de trabalho em funções públicas a termo e outras.

De salientar ainda que, tendo o aumento de trabalhadores ocorrido em relação ao número de contratos a termo resolutivo certo, que passou de 11 em 2016 para 20 em 2017, os mesmos se referem na sua generalidade a cargo-categoria de assistentes operacionais, que, por sua vez, serão total ou parcialmente, objeto de nova adequação de vínculo em consequência da aplicação às autarquias locais do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 2.953.321,68 €, com um aumento de 137.804,31 € face ao ano de 2016, o que, em termos relativos, representa um acréscimo de 4,98%.

Numa comparação mais alargada, verificou-se uma diminuição de 10,23% em comparação com o ano de 2011, equivalente a -336.396,92 €, sendo de referir que estes montantes incluem como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos e membros dos gabinetes de apoio.

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro permite desde logo concluir que a redução operada no ano de 2013 foi a mais significativa, tendo atingido quase 12%, a qual foi reforçada em 2014 com uma nova redução de 4%, cujos valores estabilizaram no ano de 2015, em montantes praticamente idênticos aos de 2014, quer ao nível das remunerações base, quer também em suplementos remuneratórios, em prestações sociais e em outros encargos com pessoal e que corrigiram ligeiramente em 2016 e 2017, apenas ao nível das remunerações base, por efeito da redução, já referida, nos cortes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

salariais, embora em 2017 com ligeiros acréscimos ao nível das Remunerações base e, consequentemente, das Prestações sociais.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO DE 2017		VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	
Total de Encargos		Valor	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Remunerações base		2 127 919,31 €	2 045 438,59 €	2 009 091,33 €	2 006 150,03 €	2 086 184,00 €	2 282 361,96 €	2 432 187,28 €
Suplementos remuneratórios		118 785,52 €	97 176,05 €	97 342,02 €	96 189,04 €	102 732,70 €	117 870,36 €	73 892,39 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	43 871,79 €							
Trabalho normal noturno								
Trabalho em dias de descanso semanal, compl.e feriados								
Disponibilidade permanente								
Outros regimes especiais de prestação de trabalho								
Risco, penosidade e insalubridade								
Fixação na periferia								
Trabalho por turnos								
Abono para falhas	2 888,43 €							
Participação em reuniões								
Ajudas de custo	33 469,86 €							
Representação	38 555,44 €							
Secretariado								
Outros suplementos remuneratórios								
Prémios de desempenho								
Prestações sociais:		260 750,49 €	242 639,00 €	235 139,98 €	238 998,55 €	249 057,01 €	256 582,73 €	294 179,00 €
Abono de família	24 119,71 €							
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	5 385,68 €							
Subsídio de educação especial	1 814,88 €							
Subsídio mensal vitalício								
Subsídio de refeição	227 426,29 €							
Subsídio de funeral								
Subsídio por morte								
Benefícios sociais								
Outras prestações sociais	2 003,93 €							
Outros encargos com pessoal		445 866,36 €	430 263,73 €	427 606,50 €	426 699,62 €	435 969,65 €	606 943,92 €	489 459,93 €
<b>TOTAL DE ENCARGOS</b>		<b>2 953 321,68 €</b>	<b>2 815 517,37 €</b>	<b>2 769 179,83 €</b>	<b>2 768 037,24 €</b>	<b>2 873 943,36 €</b>	<b>3 263 758,97 €</b>	<b>3 289 718,60 €</b>

Ainda que por valores um pouco inferiores aos verificados nos exercícios mais recentes, o ano de 2017 evidenciou ainda a responsabilidade social do Município em matéria de aplicação de políticas de estímulo à empregabilidade, de combate ao desemprego de longa duração e à situação de pobreza e precariedade, tendo realizado um investimento de 148.610,61 € durante o ano de 2017, em programas e medidas de apoio ao emprego com financiamento por parte do IEFP, IP, que comprova exatamente essa preocupação social por parte da Câmara Municipal relativamente à situação de desemprego que ainda afeta uma larga camada da população ativa, mas também, a afetação de recursos próprios do Município a correção de desequilíbrios da qual indiretamente resulta ainda a injeção de meios financeiros na economia local.

Procura-se, desta forma, promover o máximo aproveitamento possível das oportunidades de financiamento externo e não reembolsável que os programas e medidas de apoio pelo IEFP podem proporcionar e, ao mesmo tempo, aliviar as situações de precariedade económica e de desintegração social que muitas famílias de desempregados enfrentam ainda no nosso território e, ainda assim, colocar esses recursos na economia local, uma vez que os mesmos são, na sua generalidade, destinados ao consumo privado e à satisfação de necessidades básicas das famílias beneficiárias das medidas e programas.

Importa destacar a este propósito que, neste âmbito, foram apoiadas diretamente pela Câmara Municipal 66 famílias, com um encargo total de 148.610,61 € e que proporcionaram o recebimento de 53.322,18 €, valor de apoio todo ele transferido pelo IEFP, IP para o município e por este injetado na economia local, com proveitos para a atividade económica em geral, a uma média de 807,91 € por família apoiada. Dessa diferença resultou um encargo líquido para o município de cerca de 95 mil euros no ano de 2017, equivalente a 1.443,76 € / ano / família.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Retomando a análise aos recursos humanos propriamente ditos, apresentam-se em seguida alguns dados relevantes quanto à estrutura com que foi concluído o ano de 2017. Em primeiro lugar, apresenta-se o quadro de contagem de trabalhadores por cargo-categoria, segundo o nível de escolaridade, do qual se realça a tendência de crescimento no número de trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados, designadamente os possuidores de formação académica superior, bem como daqueles de melhoraram as suas qualificações pela via dos percursos de dupla certificação. Verifica-se que os trabalhadores com qualificação igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade representam 39% do total de trabalhadores, sendo que na diferenciação por géneros, a mesma proporção nas trabalhadoras do género feminino é de 51,5%. Com grau de licenciatura ou superior, a proporção de trabalhadores é de 14%, sendo de 12,3% nos trabalhadores do género masculino e de 16,2% do lado das mulheres.

Quanto à desagregação por cargos-carreiras profissionais, continua a ser maioritária a proporção de trabalhadores na carreira de assistente operacional, com 70,6%, dentro dos quais 57,7% são homens e 42,3% são mulheres.

Estes dados são uma consequência direta da natureza das funções e atividades a que o Município está obrigado e que revelam uma ainda maior proporção deste grupo de trabalhadores face ao total dos recursos humanos, em consequências do elevado número de admissões em regime de contrato de trabalho por termo resolutivo certo para funções relacionadas com as atividades dos serviços externos da Câmara Municipal nos diversos domínios operacionais.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M								
	F								
4 anos de escolaridade	M					38			38
	F				1	16			17
6 anos de escolaridade	M					24			24
	F					7			7
9.º ano ou equivalente	M				2	19		1	22
	F				1	16			17
11.º ano	M				1	1		1	3
	F				3	4			7
12.º ano ou equivalente	M				8	8	1	3	20
	F				15	20			35
Bacharelato	M								
	F								
Licenciatura	M		2	9	1			2	14
	F		1	9	1	3		2	16
Mestrado	M			1					1
	F								
Doutoramento	M								
	F								
Soma .....	M		2	10	12	90	1	7	122
Soma .....	F		1	9	21	66		2	99
TOTAL .....			3	19	33	156	1	9	221

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a seguinte:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M								
	F								
Entre 20 e 24 anos	M								
	F								
Entre 25 e 29 anos	M								
	F								
Entre 30 e 34 anos	M				2	2			4
	F			1	1	4			6
Entre 35 e 39 anos	M			1	3	3			7
	F			2		4			6
Entre 40 e 44 anos	M			4	1	4	1	3	13
	F		1	1	4	14			20
Entre 45 e 49 anos	M			1	1	11			13
	F			3	3	14		1	21
Entre 50 e 54 anos	M			1	1	31		1	34
	F			1	7	7			15
Entre 55 e 59 anos	M		1	1	3	25		3	33
	F			1	4	16		1	22
Entre 60 e 64 anos	M		1	1	1	11			14
	F				2	5			7
Entre 65 e 69 anos	M			1		3			4
	F					2			2
Com 70 anos ou mais	M								
	F								
Soma .....	M		2	10	12	90	1	7	122
Soma .....	F		1	9	21	66		2	99
TOTAL .....			3	19	33	156	1	9	221

Quanto aos trabalhadores portadores de deficiência, a respetiva contagem mantém um total de 11 trabalhadores a qual evidencia uma clara opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, que caracteriza esta autarquia em matéria de recursos humanos e que se estende ainda à permanente disponibilidade para a integração de portadores de deficiência em estágios curriculares após obtenção de qualificação, designadamente em áreas de jardinagem, e em projetos apoiados por outras medidas do IEFP, designadamente contratos emprego-inserção+.

Para além disso, a aplicação do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, bem como o acesso às medidas de apoio no âmbito do Emprego Apoiado em Mercado Aberto, disponível no contexto dos programas financiados pelo IEFP, I.P., poderão vir a refletir um aumento nestes dados durante o ano de 2018.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma .....	M		1		2	3			6
Soma .....	F				1	4			5
TOTAL .....			1		3	7			11

Para além do cumprimento de uma obrigação legal, a Câmara Municipal mantém um grande empenhamento na oferta de soluções de valorização profissional dos trabalhadores municipais, sendo-lhes frequentemente proporcionadas oportunidades de participação em ações de formação em diversas áreas, de acordo com os dados que constam do quadro seguinte e que já revelam crescimento relativamente aos anos anteriores, quer por efeito da parceria estabelecida para o efeito com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, quer em consequência do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

maior número de iniciativas neste domínio levadas a efeito por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra:

CONTAGEM DE PARTICIPAÇÕES E HORAS EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	Num			1,00	3,00	1,00	1,00		6,00
	Hor	28,00			84,00	28,00	28,00		168,00
Externas	Num		9,00	8,00	5,00	21,00			43,00
	Hor		91,00	77,00	35,00	511,00			714,00
Soma de Número de Participações			9,00	9,00	8,00	22,00	1,00		49,00
Soma de Horas dispendidas		28,00	91,00	77,00	119,00	539,00	28,00		882,00

Esta prática é indispensável à permanente melhoria dos procedimentos técnicos e administrativos e à correta adaptação às constantes mudanças no contexto legal e regulamentar que nos cerca, sendo transversal a todos os níveis funcionais e de responsabilidade, como se pode observar no respetivo quadro. Em consonância com esse desígnio o número de participações aumentou em + 27 e o número de horas dispendidas em ações de formação foi de + 617.

Quanto às entradas e saídas de trabalhadores, a situação ocorrida no ano de 2017 encontra-se transcrita nos quadros seguintes:

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M					10			10
	F								
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	M					2			2
	F								
Regresso de Licença	M								
	F								
Comissão de serviço	M		1						1
	F								
Outras situações	M					2			2
	F								
Soma	M		1			14			15
Soma	F								
TOTAL			1			14			15

Verificou um total de 15 entradas, sendo mais relevante o número de 10 novas entradas efetivas por via da celebração de contratos a termo resolutivo certo, sendo as restantes entradas relacionadas com outras situações, onde se incluem regressos ao serviço após 6 meses de ausência e designações para função de categoria superior de titulares de vínculos já pré-existent com o Município.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Cessação da Comissão de Serviço	M								
	F								
Morte	M					1			1
	F								
Reforma/Aposentação	M					1			1
	F					3			3
Outras situações	M							2	2
	F			2					2
Soma	M					2		2	4
Soma	F			2		3			5
TOTAL				2		5		2	9



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### CÂMARA MUNICIPAL

No caso de saídas, num total de 9, houve 1 por falecimento, 4 por aposentação e 4 por outras situações, designadamente as ausências superiores a 6 meses ou por efeito de mobilidade.

No que respeita aos encargos com horas extraordinárias, a situação ocorrida no ano de 2017 é a seguinte:

		VALORES PAGOS EM HORAS EXTRAORDINÁRIAS							
		VALOR 2017	VALOR 2016	VALOR 2015	VALOR 2014	VALOR 2013	VALOR 2012	VALOR 2011	VALOR 2010
Em dias de descanso semanal obrigatório	M		13 531,12 €	11 934,87 €	11 668,14 €	11 100,75 €	12 558,50 €	20 771,98 €	34 360,00 €
	F	22 183,59 €	79,82 €	213,77 €	62,37 €	105,45 €		293,40 €	
Em dias de descanso semanal complementar	M		12 974,24 €	10 284,49 €	11 026,44 €	14 426,31 €	25 417,83 €	44 034,76 €	45 004,00 €
	F	14 624,57 €		69,04 €			453,22 €		366,00 €
Em feriados	M		1 685,30 €	1 623,87 €	1 712,08 €	2 609,47 €	2 475,75 €	4 438,79 €	6 650,00 €
	F	1 944,87 €		46,05 €	80,73 €		203,48 €		
Trabalho extraord. nocturno	M		608,55 €	2 608,17 €	311,32 €	679,00 €	1 046,00 €		
	F	1 781,47 €		302,47 €		19,32 €	29,00 €		
Trabalho extraord. diurno	M		3 189,42 €	2 039,43 €	2 967,60 €	4 592,95 €	8 270,00 €	7 530,00 €	9 113,00 €
	F	3 337,29 €	18,32 €	460,67 €		38,64 €	432,00 €		329,00 €
Soma .....	M		31 988,63 €	28 490,83 €	27 685,58 €	33 408,48 €	49 768,08 €	76 775,53 €	95 127,00 €
Soma .....	F	43 871,79 €	98,14 €	1 092,00 €	143,10 €	163,41 €	1 117,70 €	293,40 €	695,00 €
TOTAL .....		43 871,79 €	32 086,77 €	29 582,83 €	27 828,68 €	33 571,89 €	50 885,78 €	77 068,93 €	95 822,00 €
Variação face ao ano anterior .....		36,73%	8,46%	6,30%	-17,11%	-34,03%	-33,97%	-19,57%	

A leitura do quadro revela que a inversão da tendência de decréscimo de despesa face aos anos anteriores, iniciada em 2015, se manteve em 2016 e continuou em 2017, com um ligeiro aumento dos encargos nesta componente da despesa com o pessoal sendo este aumento mais acentuado nos trabalhadores do género masculino, em virtude da natureza das tarefas a executar em dias de descanso semanal, normalmente as relacionadas com o serviço de piquete do Setor de Águas e Saneamento e o apoio às associações e clubes em transportes com autocarros municipais, e ainda o apoio aos eventos da responsabilidade ou com a colaboração da Câmara Municipal.

É de salientar ainda que, na comparação com 2010, o valor registado em 2017 representa apenas 46% do montante de 95.822,00 € que se verificou naquele ano.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

### ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Como já foi dito antes, a execução do exercício de 2017 traduziu-se no maior valor de receitas alguma vez obtido por este Município, sendo que, para esse resultado, contribuiu também o aumento, de quase 0,5 milhões de euros, do volume de Transferências de capital. Importa a este propósito recordar que o ano de 2016 tinha registado o valor mais baixo desde 1990 em matéria de arrecadação deste tipo de receitas e, portanto, representava o exercício em que, por essa razão, seria de esperar que também o valor de Aquisição de bens de capital, onde se inserem os Investimentos, fosse também o mais baixo neste intervalo temporal.

O ano de 2016 não confirmou essa expectativa e o exercício de 2017 negou-a completamente. De tal modo que, mesmo com um aumento nas Transferências de capital que não foi além de 490.731,87 €, o crescimento apresentado na rubrica de Aquisição de bens de capital, de + 2.407.562,47 € (+195,42%) face a 2016, demonstra bem a prioridade colocada ao nível da realização de Investimentos, tanto mais que esta sub-rubrica representa a totalidade da rubrica de Aquisição de bens de capital. Assim se revela que o Município continua a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os compromissos que, com carácter de regularidade, nos são colocados em termos de atividade das instalações e equipamentos públicos, de cumprimento das obrigações e competências legais e de capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica, sendo que o efeito da arrecadação de 50% do empréstimo aprovado ainda no exercício de 2016 é de menos de metade do montante de aumento verificado no volume de investimentos, em comparação com a realização do ano anterior.

Ou seja, foi possível obter em Aquisição de bens de capital um valor de despesa realizada efetiva de 3.639.574,28 €, que compara muito bem como o valor de 1.431.827,27 € de receitas de Transferência de capital, representando apenas 39% daquele volume de investimentos e demonstrando a afetação de outras fontes de receita aos objetivos de desenvolvimento e de fomento que o Município deve assumir.

É reconhecida a relação diretamente proporcional entre a capacidade de obtenção de financiamentos externos e a aplicação de recursos em investimentos, esperando-se que em 2016 e 2017 houvesse já um efeito de compensação através do início de projetos financiados pelos Portugal 2020, mas tal não aconteceu na dimensão aguardada, sobretudo porque o atraso no início deste período de programação se repercutiu decisivamente na abertura de concursos por parte dos programas específicos e territoriais e no desenvolvimento concreto de projetos de investimento. Por outro lado, o desenvolvimento em concreto de alguns dos projetos previstos para arranque em 2017 foi afetado pelos atrasos na atribuição de Vistos por parte do Tribunal de Contas.

Ainda assim e considerando que o aumento da parte de receitas de capital nas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro foi de apenas 22.264,00 € (+ 3,62%), o maior crescimento na rubrica de receitas de Transferência de capital resultou das arrecadações relativas aos fundos comunitários, seja dos saldos finais de projetos que tinham sido realizados com enquadramento no QREN,



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

seja já das comparticipações relativas a operações aprovadas no âmbito do Centro 2020 e do POSEUR.

Daí que a execução do ano de 2017, em matéria de investimentos, consistiu essencialmente na realização de despesa relativa ao início e continuidade de alguns dos investimentos cujo financiamento já se encontra garantido no âmbito do PEDU e do Pacto do CIM-Região de Coimbra, e incluiu também outros investimentos cuja realização foi independente da arrecadação de receitas de capital relativas a financiamentos externos.

Para além da execução relativa aos investimentos, a ação municipal tem procurado de forma cada vez mais intensa e competente proceder à implementação de planos de otimização e de poupanças em áreas de gestão corrente, procurando mesmo alocar alguns recursos próprios a esses objetivos ou, como também já foi o caso, apresentar e realizar projetos para obtenção de financiamentos externos tendo em vista o alcance de resultados satisfatórios em termos de eficiência e poupanças em matéria de consumos. São disso exemplo em relação ao ano de 2016 e 2017 os trabalhos de diagnóstico e avaliação inerentes às necessidades de implementação de medidas de eficiência energética em equipamentos públicos, como e o caso das Piscinas Municipais, mas que ainda não foram objeto de apresentação de candidaturas, dados os atrasos que se verificaram na consolidação das versões finais dos avisos de concurso entretanto já abertos para o efeito, mas que darão brevemente lugar à apresentação em concreto das candidaturas e à realização dos respetivos investimentos.

No que respeita ao volume de transferências do Orçamento de Estado, o exercício de 2017 confirmou uma vez mais a expectativa quanto a um novo período de recuperação no volume de receitas provenientes do FEF/FSM/Part.IRS, em consequência da nova perspetiva política que o Governo Central está a implementar nesta matéria e que, segundo novos desenvolvimentos tornados públicos muito recentemente, poderão beneficiar de impactos ainda mais positivos no ano de 2018 e seguintes. Em 2017, o crescimento verificado no volume total de transferências do FEF face ao exercício anterior foi de apenas 203.354,00 € (+ 2,88%). A variação no FEF/FSM/Participação no IRS – parte Correntes foi de 2,81%, enquanto que a variação verificada no FEF – parte Capital foi, como já referido, de 3,62%.

No que se refere ao grupo dos investimentos municipais de maior volume financeiro, importa percorrer a Execução Anual Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2017, e com isso evidenciar o grau de realização dos projetos que eram considerados mais relevantes e com efeito estratégico e estruturante no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Beneficiação do antigo Quartel dos Bombeiros de Lagares da Beira – Este projeto do PPI foi levado a efeito durante o ano de 2017, com um volume de despesas de 185.966,50 € e com uma taxa de realização face à respetiva previsão de 86,01%.
- b) Ruínas Romanas da Bobadela e Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação e da Casa Paroquial – Este projeto do PPI que faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de Coimbra, cuja candidatura já foi apresentada, incluiu a empreitada relativa à intervenção de musealização, com um valor realizado em 2017 de 135.998,03 €, que ainda não se encontra totalmente concluída. O Projeto PPI, que na sua globalidade inclui outras intervenções de pequena dimensão, foi concretizado com 73,37% de taxa de execução face à previsão contida no PPI.

- c) Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela – Este projeto do PPI que também faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, incluiu as despesas inerentes ao início da empreitada geral, com despesa realizada em 2017 de apenas 5.603,27 € e uma taxa de realização de 6,97%, em consequência da suspensão dos trabalhos motivada pela intervenção da Direção Regional da Cultural do Centro em matéria de património arqueológico.
- d) Igreja de São Pedro de Lourosa – Arranjos dos Espaços Envolventes – Também este projeto do PPI faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, uma vez que se trata igualmente de uma intervenção em monumento nacional classificado. No exercício de 2017 foram realizadas despesas de 173.628,60 €, com uma taxa de realização de 62,31%, tendo a empreitada sido suspensa, também por intervenção da Direção Regional da Cultural do Centro em matéria de património arqueológico e tendo como propósito a introdução de ajustamentos aos trabalhos a realizar.
- e) Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira - Este Projeto PPI corresponde à empreitada com a mesma designação incluída no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, cuja candidatura foi apresentada e aprovada no ano de 2017, tendo gerado uma despesa total de 286.719,80 €, a que corresponde uma taxa de execução de 95,66% face à respetiva previsão corrigida.
- f) Requalificação e Beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos - Este Projeto PPI corresponde também à empreitada com a mesma designação, incluída no PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura foi encontra apresentada e aprovada ainda em 2016 e que em 2017 gerou uma despesa total de 279.817,26 € a que corresponde uma taxa de execução de 89,69% face à respetiva previsão corrigida.
- g) Realização das empreitadas relativas à construção de ETAR's em 10 localidades do concelho – Trata-se de operações cujas candidaturas foram apresentadas e aprovadas no âmbito do POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, com um volume total de investimentos de 1.756.905,44 €, cujo volume total de despesa até final do ano de 2017 foi de 194.743,08 €. As taxas de execução no exercício económico findo ficaram próximos dos 20%, tendo também estas empreitadas sido afetadas na sua execução pelos incêndios de 15 e 16 de outubro, quer porque atingiram



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### CÂMARA MUNICIPAL

diretamente os meios de algumas das empresas adjudicatárias, quer também porque as condições inerentes aos locais de construção dos equipamentos foram também alteradas temporariamente.

- h) Abastecimento de Água a Parceiro, Covão e Alentejo – Este projeto, que foi igualmente objeto de candidatura apresentada e aprovada no âmbito do POSEUR, foi concluído no ano de 2017, com uma despesa total de 153.405,45 €, a que corresponde uma taxa de realização de 72,60%.
- i) Requalificação e pavimentação da EM 510 entre Sr. das Almas e Nogueira do Cravo - Este Projeto PPI corresponde à empreitada com a mesma designação, que não beneficiou de qualquer financiamento externo e que representou em 2017 um investimento total de 243.326,21 €, com uma taxa de execução de 91,82% face à respetiva previsão.
- j) Requalificação do CM 1319 entre Parente/tapadas/chão Sobral – 2.ª Fase – Trata-se de uma empreitada que não foi apoiada por qualquer financiamento externo, embora constante da lista de investimentos que fundamentou o pedido de empréstimo aprovado em 2016, tendo gerado despesas no montante de 107.442,07 €, com uma taxa de execução de 71,63%.

No âmbito das rubricas genéricas, são merecedores de referência outros projetos e ações inseridos no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017, designadamente os seguintes:

1. A Requalificação da Av. Nova em Ervedal da Beira, com um montante de despesa de 41.181,29 €, representando uma taxa de execução de 41,18%;
2. A substituição e ampliação das redes de esgotos e construção de ramais, com uma despesa total de 135.014,69 € e com uma taxa de execução de 50,76%;
3. A abertura e conservação de caminhos e estradões florestais, com um investimento que ascendeu a 190.620,19 €, equivalente a 99,19% do montante previsto;
4. A construção, ampliação, beneficiação e manutenção de captações, ETA's, reservatórios e redes de adução e distribuição de água, com uma despesa de investimento de 34.091,64 €, e uma taxa de execução de 97,96% que, tal como em relação aos investimentos feitos na área de saneamento em regime de administração direta, não contempla a despesa corrente inerente a estes investimentos, designadamente a relacionada com pessoal e aquisição de bens e de serviços;
5. A Requalificação, beneficiação e apetrechamento do Mercado Municipal, tendo em vista a adaptação das instalações para instalação do Call Center, num volume de despesa de 78.598,92 € e com 96,39% de taxa de execução;
6. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e que representam anualmente valores significativos de despesa de capital e que do mesmo modo não inclui as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços correntes, como sejam:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

- 6.1 Arruamento, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais – 492.234,78 €; 72,38% de taxa de execução;
- 6.2 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões – 183.003,29 €; 95,94% de taxa de execução;
- 6.3 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais – 31.487,43 €; 82,08% de taxa de execução;
- 6.4 Criação e beneficiação de parques de estacionamento – 27.313,31 €; 89,23% de taxa de execução.
7. O Fornecimento e aplicação de equipamento em parques infantis, com um investimento total de 20.135,43 €, a que correspondeu uma taxa de execução de 89,62%;
8. O Reordenamento do Estaleiro Municipal, que teve o seu início efetivo em 2016, e teve continuidade no exercício de 2017, com uma despesa realizada de 44.750,24 € e uma taxa de execução de 56,66%.

Tendo em conta as referências feitas anteriormente a alguns dos projetos realizados com recurso a financiamentos externos, justifica-se que se proceda à atualização da informação relativa a todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2017, incluídos no período de vigência do QREN, ou seja, entre 2007 e 2013 e que se encontram concluídos na sua plenitude.

O quadro seguinte apresenta, de forma resumida, o nível de acesso do Município de Oliveira do Hospital ao referido período de programação:

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS E EM APROVAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL								
	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo
			Valor	%				
Soma APROVADOS .....	9 110 634,91 €	8 566 612,55 €	7 305 663,32 €	85,281%	8 495 072,41 €	7 324 473,10 €	7 022 929,01 €	114 545,54 €
Programa Operacional Regional do Centro	5 869 393,09 €	5 630 816,02 €	4 778 210,20 €	84,86%	5 618 802,33 €	4 970 607,61 €	4 661 079,79 €	114 545,54 €
Programa Operacional Regional do Centro - Overbooking	809 492,53 €	760 424,55 €	646 360,87 €	85,00%	706 624,72 €	600 631,02 €	600 631,02 €	0,00 €
POVT	728 292,55 €	673 925,29 €	580 819,92 €	86,18%	815 081,21 €	557 100,88 €	565 084,61 €	0,00 €
POVT - Overboking	270 557,72 €	261 137,65 €	221 967,00 €	85,00%	209 300,88 €	177 905,75 €	177 905,75 €	0,00 €
POFC	545 428,37 €	420 328,71 €	357 279,41 €	85,00%	374 018,02 €	315 542,53 €	315 542,53 €	0,00 €
POAT-FEDER	59 040,00 €	29 411,76 €	25 000,00 €	85,00%	29 411,76 €	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €
PRODER - GAL/ADIBER	97 516,92 €	91 997,09 €	55 198,25 €	60,00%	91 982,79 €	55 189,67 €	55 189,67 €	0,00 €
PRODER - Agro Florestal	730 913,73 €	698 571,48 €	640 827,67 €	91,73%	649 850,70 €	622 495,65 €	622 495,64 €	0,00 €
Soma .....	9 110 634,91 €	8 566 612,55 €	7 305 663,32 €	85,281%	8 495 072,41 €	7 324 473,10 €	7 022 929,01 €	114 545,54 €

Como se verifica, o nível de acesso do Município ao quadro comunitário que se iniciou em 2007, contemplou um montante de 12,77 milhões de euros de investimento realizado com projetos aprovados no âmbito do quadro comunitário de apoio, bem como o volume total de participações aprovadas que atingiu o valor de 10.000.837,56 €, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, o montante total de participações ainda não recebidas foi de apenas 114.545,54 €, referente a apenas uma operação que, no entanto, já se encontra concluída física e financeiramente, mas ainda não validada em termos de encerramento.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

Justifica-se agora uma análise abrangente ao nível de execução das Grandes Opções do Plano e especificamente do Plano Plurianual de Investimentos, razão pela qual se apresentam os seguintes quadros:

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	545 500,00 €	1 550 000,00 €	184,14%	13 411,13 €	-1 536 588,87 €	0,87%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	530 500,00 €	1 535 000,00 €	189,35%	9 732,27 €	-1 525 267,73 €	0,63%
002	Ensino superior	15 000,00 €	15 000,00 €	0,00%	3 678,86 €	-11 321,14 €	24,53%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	929 250,00 €	1 279 000,00 €	37,64%	559 581,42 €	-719 418,58 €	43,75%
001	Cultura	806 250,00 €	1 109 000,00 €	37,55%	508 126,99 €	-600 873,01 €	45,82%
002	Desporto	123 000,00 €	170 000,00 €	38,21%	51 454,43 €	-118 545,57 €	30,27%
003	Juventude e Tempos Livres	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
03	Família Solidariedade e Acção Social	220 500,00 €	263 200,00 €	19,37%	1 354,63 €	-261 845,37 €	0,51%
001	Creches	3 500,00 €	3 000,00 €	-14,29%	418,22 €	-2 581,78 €	13,94%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	0,00 €	-1 000,00 €	0,00%
003	Outras infra-estruturas de acção social	92 500,00 €	85 200,00 €	-7,89%	0,00 €	-85 200,00 €	0,00%
004	Implementação da rede social	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00%	0,00 €	-5 000,00 €	0,00%
006	Habituação social	118 500,00 €	169 000,00 €	42,62%	936,41 €	-168 063,59 €	0,55%
04	Saúde	60 000,00 €	295 000,00 €	391,67%	286 719,80 €	-8 280,20 €	97,19%
001	Extensões de saúde	60 000,00 €	295 000,00 €	391,67%	286 719,80 €	-8 280,20 €	97,19%
05	Habituação e Urbanismo	1 658 720,00 €	3 999 600,00 €	141,13%	357 159,30 €	-3 642 440,70 €	8,93%
001	Habituação	27 000,00 €	52 000,00 €	92,59%	5 350,50 €	-46 649,50 €	10,29%
002	Planeamento urbanístico	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	0,00 €	-1 000,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	80 000,00 €	55 000,00 €	-31,25%	15 714,31 €	-39 285,69 €	28,57%
004	Urbanização	413 500,00 €	918 500,00 €	122,13%	13 948,20 €	-904 551,80 €	1,52%
005	Intervenções de requalificação urbanística	1 137 220,00 €	2 973 100,00 €	161,44%	322 146,29 €	-2 650 953,71 €	10,84%
06	Saneamento e Salubridade	250 000,00 €	3 135 400,00 €	1154,16%	653 395,69 €	-2 482 004,31 €	20,84%
001	Saneamento	240 000,00 €	3 126 900,00 €	1202,88%	652 365,12 €	-2 474 534,88 €	20,86%
002	Higiene pública	7 500,00 €	6 000,00 €	-20,00%	307,56 €	-5 692,44 €	5,13%
003	Cemitérios	2 500,00 €	2 500,00 €	0,00%	723,01 €	-1 776,99 €	28,92%
07	Segurança e Protecção Civil	98 000,00 €	213 000,00 €	117,35%	190 620,19 €	-22 379,81 €	89,49%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	94 500,00 €	209 500,00 €	121,69%	190 620,19 €	-18 879,81 €	90,99%
004	Serviço municipal de protecção civil	2 000,00 €	2 000,00 €	0,00%	0,00 €	-2 000,00 €	0,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00%	0,00 €	-1 500,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	388 000,00 €	1 675 000,00 €	331,70%	337 321,45 €	-1 337 678,55 €	20,14%
001	Água	176 000,00 €	505 000,00 €	186,93%	227 656,24 €	-277 343,76 €	45,08%
002	Turismo	60 000,00 €	130 500,00 €	117,50%	1 208,04 €	-129 291,96 €	0,93%
003	Mercados e Feiras	25 000,00 €	110 000,00 €	340,00%	78 598,92 €	-31 401,08 €	71,45%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	2 000,00 €	2 000,00 €	0,00%	0,00 €	-2 000,00 €	0,00%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	125 000,00 €	927 500,00 €	642,00%	29 858,25 €	-897 641,75 €	3,22%
09	Comunicações e Transportes	1 147 500,00 €	3 784 000,00 €	229,76%	1 099 404,62 €	-2 684 595,38 €	29,05%
001	Rede viária e sinalização	1 015 000,00 €	1 862 000,00 €	83,45%	1 072 091,31 €	-789 908,69 €	57,58%
002	Transportes	125 500,00 €	6 500,00 €	-94,82%	0,00 €	-6 500,00 €	0,00%
003	Estacionamento	7 000,00 €	1 915 500,00 €	27264,29%	27 313,31 €	-1 888 186,69 €	1,43%
10	Defesa do Meio Ambiente	167 440,00 €	167 000,00 €	-0,26%	24 237,42 €	-142 762,58 €	14,51%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00%	0,00 €	-1 500,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	33 000,00 €	67 000,00 €	103,03%	24 237,42 €	-42 762,58 €	36,18%
003	Recursos naturais	5 000,00 €	12 500,00 €	150,00%	0,00 €	-12 500,00 €	0,00%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	127 940,00 €	86 000,00 €	-32,78%	0,00 €	-86 000,00 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	161 000,00 €	406 500,00 €	152,48%	116 368,63 €	-290 131,37 €	28,63%
001	Órgãos autárquicos	10 500,00 €	25 500,00 €	142,86%	17 040,27 €	-8 459,73 €	66,82%
002	Racionalização	23 000,00 €	124 000,00 €	439,13%	51 816,48 €	-72 183,52 €	41,79%
003	Edifício dos Paços do Concelho	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00%	0,00 €	-5 000,00 €	0,00%
004	Estaleiro municipal	122 500,00 €	252 000,00 €	105,71%	47 511,88 €	-204 488,12 €	18,85%
15	Tecnologia e Inovação	7 000,00 €	26 000,00 €	271,43%	0,00 €	-26 000,00 €	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	7 000,00 €	26 000,00 €	271,43%	0,00 €	-26 000,00 €	0,00%
<b>TOTAL DOPPI E TAXAS DE EXECUÇÃO ....</b>		<b>5 632 910,00 €</b>	<b>16 793 700,00 €</b>	<b>198,14%</b>	<b>3 639 574,28 €</b>	<b>-13 154 125,72 €</b>	<b>21,67%</b>
<b>TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS GOP's ...</b>							<b>68,26%</b>

Em primeiro lugar, a análise comparativa entre previsão e execução do PPI, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações ao PPI, a despesa paga total, a variação absoluta entre esta e as dotações corrigidas e a taxa de execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objectivos



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de 21,67%, que se reduziu em comparação com a taxa de 54,36% verificada em 2016 e em comparação com as taxas de 29,92% de 2015, 38,97% de 2014 e de 37,46% de 2013.

Se considerarmos as GOP's, que englobam PPI's e Atividades mais Relevantes, a taxa global foi de 68,26%, que é apenas inferior a 80,07%, registada em 2016.

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Orgânica da Despesa		Despesa Paga Total (2017)	Ponderações %	Despesa Paga Total (2016)	Ponderações %	Variações (2017-2016)	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	13 411,13 €	0,37%	23 715,65 €	2,25%	-10 304,52 €	-43,45%
002	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	9 732,27 €	0,27%	7 980,03 €	0,76%	1 752,24 €	21,96%
003	Ensino superior	3 678,86 €	0,10%	15 735,62 €	1,49%	-12 056,76 €	-76,62%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livre	559 581,42 €	15,37%	93 366,57 €	8,86%	466 214,85 €	499,34%
001	Cultura	508 126,99 €	13,96%	65 911,79 €	6,25%	442 215,20 €	670,92%
002	Desporto	51 454,43 €	1,41%	27 454,78 €	2,60%	23 999,65 €	87,42%
002	Juventude e Tempos Livres	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
03	Família Solidariedade e Acção Social	1 354,63 €	0,04%	3 201,67 €	0,30%	-1 847,04 €	-57,69%
001	Creches	418,22 €	0,01%	1 128,54 €	0,11%	-710,32 €	-62,94%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Outras infra-estruturas de acção social	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
004	Implementação da rede social	0,00 €	0,00%	50,00 €	0,00%	-50,00 €	-100,00%
006	Habituação social	936,41 €	0,03%	2 023,13 €	0,19%	-1 086,72 €	-53,71%
04	Saúde	286 719,80 €	7,88%	5 694,90 €	0,54%	281 024,90 €	4934,68%
001	Extensões de saúde	286 719,80 €	7,88%	5 694,90 €	0,54%	281 024,90 €	4934,68%
05	Habituação e Urbanismo	357 159,30 €	9,81%	34 016,38 €	3,23%	323 142,92 €	949,96%
001	Habituação	5 350,50 €	0,15%	0,00 €	0,00%	5 350,50 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	0,00 €	0,00%	1 850,00 €	0,18%	-1 850,00 €	-100,00%
003	Iluminação pública	15 714,31 €	0,43%	12 249,66 €	1,16%	3 464,65 €	28,28%
004	Urbanização	13 948,20 €	0,38%	0,00 €	0,00%	13 948,20 €	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	322 146,29 €	8,85%	19 916,72 €	1,89%	302 229,57 €	1517,47%
06	Saneamento e Salubridade	653 395,69 €	17,95%	87 958,15 €	8,35%	565 437,54 €	642,85%
001	Saneamento	652 365,12 €	17,92%	87 508,45 €	8,30%	564 856,67 €	645,49%
002	Higiene pública	307,56 €	0,01%	424,99 €	0,04%	-117,43 €	-27,63%
003	Cemitérios	723,01 €	0,02%	24,71 €	0,00%	698,30 €	2825,98%
07	Segurança e Protecção Civil	190 620,19 €	5,24%	156 458,31 €	14,84%	34 161,88 €	21,83%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	190 620,19 €	5,24%	156 458,31 €	14,84%	34 161,88 €	21,83%
004	Serviço municipal de protecção civil	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	337 321,45 €	9,27%	183 883,26 €	17,45%	153 438,19 €	83,44%
001	Água	227 656,24 €	6,26%	71 869,59 €	6,82%	155 786,65 €	216,76%
002	Turismo	1 208,04 €	0,03%	30 463,24 €	2,89%	-29 255,20 €	-96,03%
003	Mercados e Feiras	78 598,92 €	2,16%	81 550,43 €	7,74%	-2 951,51 €	-3,62%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	29 858,25 €	0,82%	0,00 €	0,00%	29 858,25 €	0,00%
09	Comunicações e Transportes	1 099 404,62 €	30,21%	398 431,40 €	37,80%	700 973,22 €	175,93%
001	Rede viária e sinalização	1 072 091,31 €	29,46%	398 431,40 €	37,80%	673 659,91 €	169,08%
002	Transportes	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Estacionamento	27 313,31 €	0,75%	0,00 €	0,00%	27 313,31 €	0,00%
10	Defesa do Meio Ambiente	24 237,42 €	0,67%	422,19 €	0,04%	23 815,23 €	5640,88%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	24 237,42 €	0,67%	422,19 €	0,04%	23 815,23 €	5640,88%
003	Recursos naturais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	116 368,63 €	3,20%	66 511,18 €	6,31%	49 857,45 €	74,96%
001	Órgãos autárquicos	17 040,27 €	0,47%	10 490,44 €	1,00%	6 549,83 €	62,44%
002	Racionalização	51 816,48 €	1,42%	20 695,50 €	1,96%	31 120,98 €	150,38%
003	Edifício dos Paços do Concelho	0,00 €	0,00%	779,38 €	0,07%	-779,38 €	-100,00%
004	Estaleiro municipal	47 511,88 €	1,31%	34 545,86 €	3,28%	12 966,02 €	37,53%
15	Tecnologia e Inovação	0,00 €	0,00%	352,15 €	0,03%	-352,15 €	-100,00%
001	Generalização do uso de TIC's	0,00 €	0,00%	352,15 €	0,03%	-352,15 €	-100,00%
<b>TOTAL DE DESPESAS ...</b>		<b>3 639 574,28 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 054 011,81 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 585 562,47 €</b>	<b>245,31%</b>

Atendendo à natureza previsional das Grandes Opções do Plano, alguns dos objetivos do PPI apresentam diferenças significativas entre os valores previstos e os realizados e que



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que, embora cada vez em menor expressão, acaba sempre por influenciar a conceção e construção dos mesmos documentos previsionais.

Por outro lado, verificam-se também algumas variações nalguns objetivos e programas do PPI entre os anos de 2017 e 2016 que, por um lado, resultam das opções que em cada ano são feitas em consonância com as fontes de financiamento disponíveis para apoiar a realização dos investimentos e, por outro lado, da própria dinâmica da atividade do Município.

As maiores discrepâncias percentuais com variação positiva verificaram-se em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres; Saúde; Habitação e Urbanismo; Saneamento e Salubridade; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público; Comunicações e Transportes; Defesa do Meio Ambiente e Modernização dos Serviços, com taxas de variação superiores a 75%, enquanto que nas variações negativas, apenas são de assinalar as verificadas em Família, Solidariedade e Ação Social; em Educação e Formação Profissional e em Tecnologias de Informação, com taxas de variação superiores a 40%.

Em valores absolutos, as maiores subidas registaram-se em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres; Saúde; Habitação e Urbanismo; Saneamento e Salubridade; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público e Comunicações e Transportes; enquanto que as descidas em valores absolutos não foram além da diferença em - 10.304,52 € registada no objetivo Educação e Formação Profissional.

No que diz respeito às razões que determinam as diferenças verificadas, estas correspondem essencialmente à necessidade de assegurar uma sustentabilidade financeira que permita manter o nível de cumprimento de compromissos com empreiteiros e fornecedores ao nível do que tem sido o posicionamento e a prática do Município, cumprindo sempre com as obrigações impostas pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Daqui resulta que, tendo sido reunidas melhores condições ao nível da obtenção de fundos externos e da agregação de outras formas de afetação de fundos próprios à realização de alguns desses investimentos, foi possível dar melhor concretização a alguns dos projetos que haviam sido previstos.

Este segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio relativamente à despesa paga total refletida no PPI e a que acabámos de fazer algumas referências, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas.

É de assinalar o reforço da posição dominante por parte do Objetivo Comunicações e Transportes, que passa de uma ponderação de 33,48% em 2014, para 22,16% em 2015, para 37,80% em 2016 e agora para 30,21% em 2017, assumindo pela segunda vez consecutiva e ao fim de alguns anos a primeira posição em termos relativos quanto ao volume de despesa realizada no âmbito do PPI.

Destaca-se também a posição assumida pelo objetivo Saneamento e Salubridade, com uma proporção de 17,95%, que corresponde a um montante de investimento de 653.395,69 € e que deriva essencialmente dos investimentos relativos às intervenções de



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

construção de 10 novas ETAR's e de construção e/ou ampliação das redes de recolha de águas residuais, designadamente em Vale Torto e em Lourosa.

Percorrendo os diferentes Objetivos, assinala-se o maior valor de despesa realizada em "Comunicações e Transportes", no montante de 1.099.404,62 € e que subiu 700.973,22 € (+ 175,93%) face a 2016. Como é sabido, este objetivo não inclui apenas a realização de novas empreitadas em matéria viária, mas incluiu também despesa noutras prioridades relacionadas com comunicações e transportes, como sejam a conservação regular das vias municipais e respetivas obras de arte, aquedutos, muros, pontes e outras e sinalização.

O objetivo designado por Habitação e Urbanismo, apresentou-se em 2017 com uma ponderação, face ao valor total do PPI, ligeiramente superior à que se havia verificado em 2016, assumindo também uma posição de maior destaque, que se reforçará nos próximos exercícios, em consequência da realização dos projetos incluídos no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital e que se relacionam, na sua generalidade, com intervenções de regeneração urbana. Com um volume de despesa total de 357.159,30 €, esta deriva na sua quase totalidade dos investimentos incluídos em Intervenções de Requalificação Urbanística, onde figuram investimento como a Requalificação e Beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos, a Requalificação e Refuncionalização da Casa da Cultura e do Antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, esta ainda sem qualquer despesas realizadas na respetiva empreitada pelas razões já atrás assinaladas e a Requalificação da Avenida Nova em Ervedal da Beira.

Também na área do Saneamento Básico, o objetivo Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público inclui os investimentos em abastecimento de água, que subiram face a 2016 em mais de 80% e que apresenta despesas realizadas no montante de 337.321,45 €, com um acréscimo em valores absolutos de 153.438,19 € face a 2016.

Não pode deixar de ser referido, também, que os valores relativos aos investimentos com abastecimento de água e saneamento não incluem as despesas com pessoal afeto aos respetivos setores, nem os valores pagos à entidade gestora dos sistemas "em alta" em água e saneamento e que em 2017 ascenderam a 1.294.055,91 €.

A este propósito importa também apresentar a evolução desta componente muito relevante da atividade financeira da Câmara Municipal, relacionada com o conjunto dos três serviços essenciais que, embora com recurso a outras entidades gestoras de sistemas "em alta", são da responsabilidade da Câmara Municipal perante os utentes e constituem permanentemente uma fonte elevada de preocupações para os responsáveis autárquicos.

Falamos, em concreto, do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e da recolha de resíduos sólidos urbanos.

Como se pode verificar no gráfico seguinte, o ano de 2017 voltou a registar alguns aumentos no volume de encargos assumidos com cada um dos sistemas, aos quais não poderá deixar de associar-se um processo de ajustamento e atualização das respetivas tarifas, tanto mais que está o Município comprometido, quer com a ERSAR, quer com o

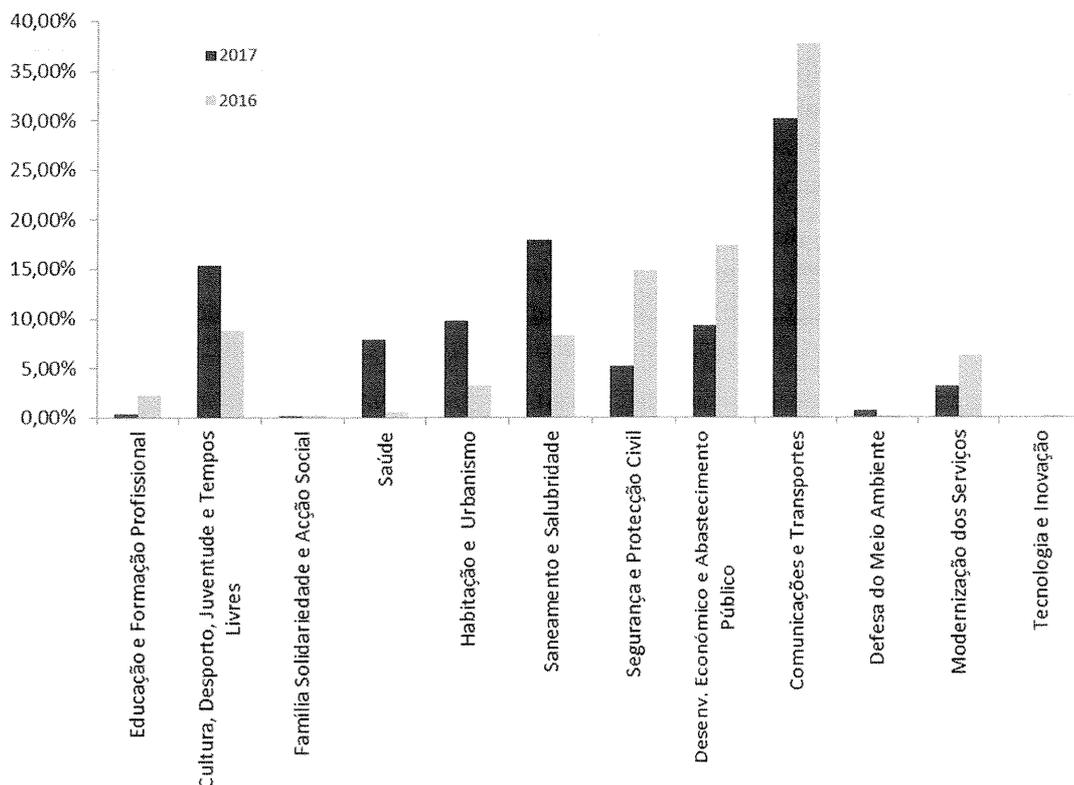


## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

POSEUR, em garantir um grau de recuperação de custos igual ou superior a 90% até 2020.

O objetivo Saúde surge também com um valor significativo, no montante de 286.719,80 € que, na sua globalidade, resulta da despesa realizada com o projeto relativo à Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira. Por seu lado, também o objetivo Segurança e Proteção Civil assumiu um montante muito elevado, com um valor de 190.620,19 €, o qual evidencia uma parte do esforço do Município em matéria de prevenção e combate a fogos florestais, designadamente naquele que é levado a efeito em parceria com a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, onde todos os intervenientes desempenham um papel reconhecidamente meritório no que respeita aos trabalhos de construção, beneficiação e manutenção de caminhos e estradões florestais, limpeza de bermas e taludes e todos os restantes que, de um modo geral, concorrem para a diminuição dos fatores de risco na propagação de incêndios florestais.

Em termos gráficos, a comparação entre os anos de 2017 e 2016, relativamente a cada um dos Objetivos do Plano Plurianual de Atividades, apresenta-se do seguinte modo:



Ao longo do ano de 2017 e relativamente ao PPI foi levada a efeito 1 revisão destinada a operar movimentos de transferência de verbas de uns projetos para outros e que alterou o seu valor global através da incorporação do saldo da gerência anterior e que, por sua vez, se repercutiu no valor global do Plano Plurianual de Investimentos, das Atividades mais Relevantes e do próprio Orçamento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

PPI - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Incrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DO PPI ... ..	12 697 700,00 €	1 244 500,00 €	0,00 €	1 244 500,00 €	13 942 200,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					9,80%

Sendo o valor da dotação inicial do PPI de 12.697.700 € e tendo ocorrido aumento da dotação global do PPI em +1.244.500 €, os quais correspondem a reforços pelo mesmo montante e sem que tenha havido quaisquer anulações, o valor de dotação final foi de 13.942.200 €, a que corresponde uma variação de +9,80%.

AMR - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Incrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DAS AMR'S ... ..	5 401 138,00 €	384 000,00 €	0,00 €	384 000,00 €	5 785 138,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					7,11%

No que respeita às AMR – Atividades Mais Relevantes, que beneficiaram de reforços no valor de 384.000 €, sem registo de quaisquer anulações, ocorreu uma transição de uma dotação inicial de 5.401.138,00 € para uma dotação final de 5.785.138 €, correspondente a um aumento equivalente a +7,11%.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO - ORÇAMENTO

No que respeita à execução orçamental referente ao ano de 2017 e em termos de análise comparativa entre previsão e execução, confirmou-se uma tendência de estabilização das taxas de execução da receita e da despesa mais forte do lado das receitas correntes, com 87,46%, do que do lado das receitas de capital, que registaram apenas uma taxa de execução de 18,39%, evidenciando o que já foi referido atrás quanto aos atrasos com que se tem desenvolvido o acesso aos financiamentos no âmbito do Portugal 2020.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Receita		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Receita Cobrada Líquida	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Impostos directos	2 702 250,00 €	2 702 250,00 €	0,00%	2 521 954,75 €	-180 295,25 €	93,33%
02	Impostos indirectos	127 400,00 €	127 500,00 €	0,08%	122 045,26 €	-5 454,74 €	95,72%
04	Taxas, multas e outras penalidades	190 500,00 €	190 400,00 €	-0,05%	199 808,32 €	9 408,32 €	104,94%
05	Rendimentos da propriedade	791 000,00 €	791 000,00 €	0,00%	628 785,85 €	-162 214,15 €	79,49%
06	Transferências correntes	8 184 007,00 €	8 184 007,00 €	0,00%	7 073 819,73 €	-1 110 187,27 €	86,43%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 866 114,00 €	2 866 114,00 €	0,00%	2 437 058,68 €	-429 055,32 €	85,03%
08	Outras receitas correntes	38 000,00 €	38 000,00 €	0,00%	47 759,66 €	9 759,66 €	125,68%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES ... ..		14 899 271,00 €	14 899 271,00 €	0,00%	13 031 232,25 €	-1 868 038,75 €	87,46%
09	Venda de bens de investimento	144 000,00 €	144 000,00 €	0,00%	7 460,80 €	-136 539,20 €	5,18%
10	Transferências de capital	11 102 617,00 €	11 102 617,00 €	0,00%	1 431 827,27 €	-9 670 789,73 €	12,90%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	0,00%	1 000 000,00 €	-1 000 000,00 €	50,00%
13	Outras receitas de capital	15 000,00 €	15 000,00 €	0,00%	0,00 €	-15 000,00 €	0,00%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ... ..		13 261 617,00 €	13 261 617,00 €	0,00%	2 439 288,07 €	-10 822 328,93 €	18,39%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00%	8 113,46 €	3 113,46 €	162,27%
16	Saldo da gerência anterior	0,00 €	2 007 640,29 €	0,00%	2 007 640,29 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS ... ..		5 000,00 €	2 012 640,29 €	40152,81%	2 015 753,75 €	3 113,46 €	0,15%
TOTAL DE RECEITAS E TAXA DE EXECUÇÃO ... ..		28 165 888,00 €	30 173 528,29 €	7,13%	17 486 274,07 €	-12 687 254,22 €	57,95%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS ... ..							57,95%

Numa observação mais detalhada, verificaram-se algumas situações que merecem o devido destaque. Desde logo, as taxas de execução de 93,33%, de 95,27%, de 104,94%, 79,49%, 86,43% e 85,03%, respetivamente em Impostos directos, em Impostos indirectos, em Taxas, multas e outras penalidades, em Rendimentos de propriedade, em Transferências correntes e em Venda de bens e serviços correntes. Em quase todos os agregados se verifica uma considerável correspondência entre os valores previstos e a efetiva arrecadação de receitas, sendo que, em valores absolutos, as maiores diferenças ocorrem em Transferências correntes, com – 1.110.187,27 €, e em Venda de bens e serviços correntes, com – 429.055,32 €, em resultado da maior dificuldade de previsão nas receitas que têm proveniência externa e que estão ligadas ao desenvolvimento de projetos e iniciativas imateriais apoiados por fundos comunitários.

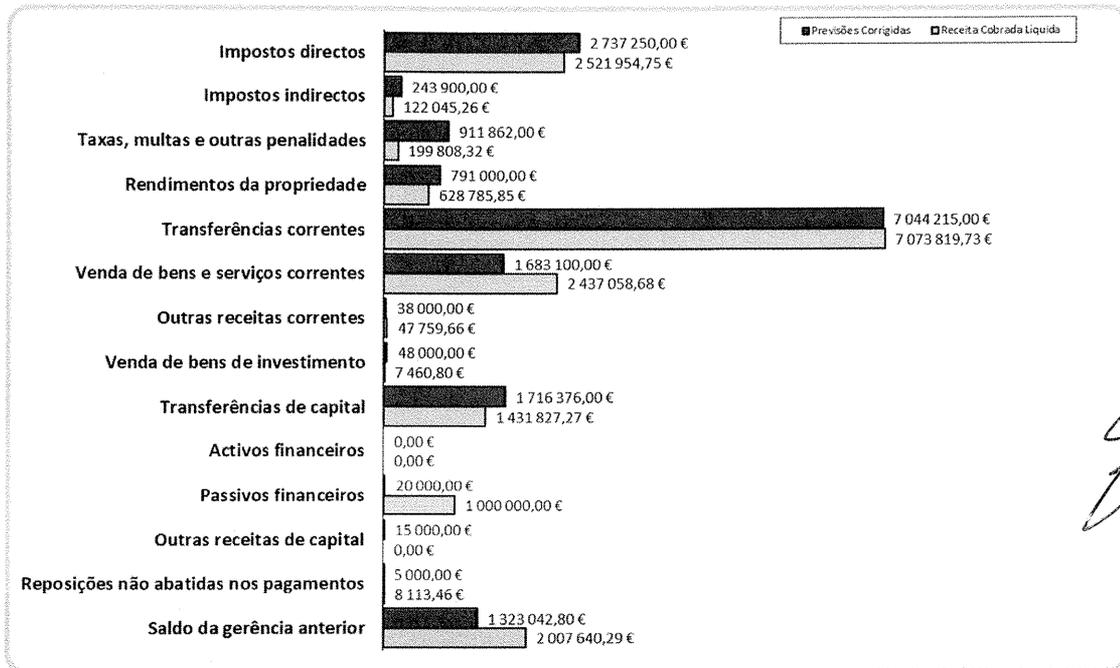
No grupo das receitas de capital e em comprovação do já anteriormente referido, a maior diferença entre previsão e execução ocorre em Transferências de capital, pelas mesmas razões atrás apontadas, mas relacionadas com projetos de investimentos. No caso concreto, a rubrica foi realizada com menos 9.670.789,73 €, ou seja, apenas 12,90% de taxa de execução. Em termos de diferenças positivas, é de realçar apenas o Saldo da gerência anterior, com um valor total de 2.007.640,29 €.

Todos os restantes agregados, quer em correntes quer em capital, apresentam diferenças inferiores a 200 mil euros, apresentando o gráfico seguinte o registo das diferenças de maior expressão absoluta.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL



Pode também verificar-se que o valor de 13,95% na proporção das receitas de capital face às receitas totais, é bem elucidativo da crescente dependência da participação financeira no Orçamento de Estado, que tem sido agravada pelo maior número e volume financeiro de situações de transferência de competência da administração central para os municípios sem os correspondentes meios financeiros e, também, pelo atraso que o ano de 2017 ainda não corrigiu, relativamente ao arranque da execução dos programas temáticos e regionais inseridos no período de programação do Portugal 2020.

Por seu lado, tem-se agravado substancialmente a tendência para a predominância das despesas correntes, em detrimento das despesas de capital, seja por via do acréscimo de prioridades em ações imateriais, seja também pelo cada vez maior número de competências que os municípios são obrigados a assumir junto das populações em situação de carência por escassez de apoio ou inação dos órgãos da administração central e desconcentrada do Estado.

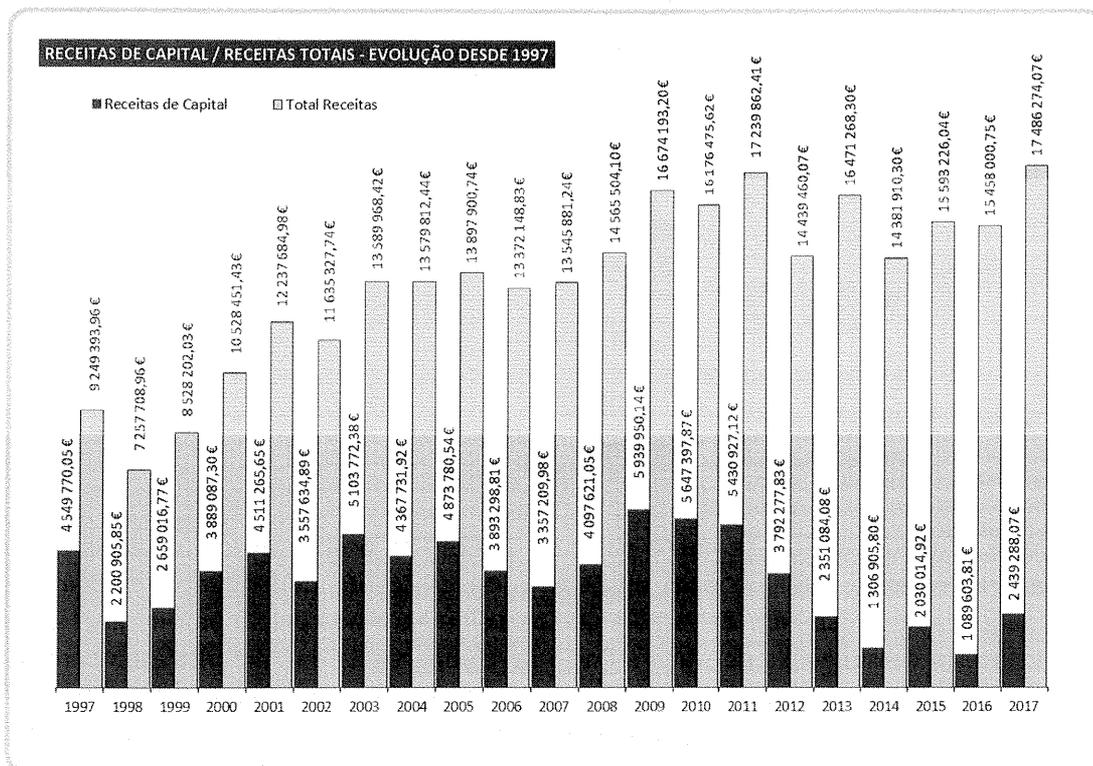
Por seu turno, o gráfico seguinte evidencia também a evolução da receita desde 1997, com comparação da situação até ao ano de 2017 o qual, comparativamente ao ano de 2011, que havia sido o ano com maior volume de receitas até então registadas pelo Município de Oliveira do Hospital, veio agora ultrapassar aquela marca histórica, registando um valor de 17.486.274,07 €, que excede aquela marca em + 246.411,66 €.

Este registo é ainda mais relevante se compararmos os valores de receitas de capital registados em 2011 e em 2017, sendo que neste último exercício o valor obtido não chegou a atingir 45% do montante obtido em 2011, para além de que o valor de 2011 não foi, apesar de tudo, o ano de maior registo em receitas de capital, o qual havia ocorrido no exercício de 2009. Como é sabido, os anos seguintes foram marcados por um forte decréscimo nas transferências do Orçamento de Estado, com particular relevância para os enormes cortes levados a efeito na parte de capital do Fundo de Equilíbrio



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Financeiro. Apesar de tudo, o valor de receitas de capital registado em 2017, no montante de 2.439.288,07 €, é bastante mais generoso do que o que se verificou em 2016, ano em que se tinha registado um mínimo histórico, com um montante de receitas de capital de apenas 1.089.603,81 €.



Esta é também uma forte evidência das crescidas dificuldades que o Município tem vindo a enfrentar durante os anos posteriores a 2011, em que a capacidade para honrar todos os compromissos assumidos, sobretudo aqueles que decorrem das obrigações de pagamento de amortização e juros dos empréstimos contratados anteriormente à entrada em funções dos atuais responsáveis autárquicos, tem assentado numa postura de elevado rigor na ponderação e planificação dos investimentos e num controlo orçamental e de tesouraria muito apertado.

Em termos absolutos e ainda no que respeita à receita, a comparação com o ano de 2016 está demonstrada no quadro seguinte, onde se verifica que, em termos globais, a execução do ano de 2017 se apresenta com valores significativamente superiores aos do ano anterior, havendo apenas diminuição (-719.554,80 €) em Taxas, multas e outras penalidades e que acontece por alteração de métodos de contabilização, que é compensada pelo aumento elevado em Venda de bens e serviços correntes, com mais 858.955,11 € (+ 54,43%). Já foram anteriormente adiantadas algumas explicações quanto aos fundamentos que levaram aos aumentos verificados em algumas rubricas de receitas, designadamente em receitas de capital, que apresentam no seu conjunto uma evolução positiva de 1.349.684,26 (+ 123,87%), bem como no saldo de gerência anterior, que apresenta um excedente face a 2016 de 684.597,49 € (+51,74%).



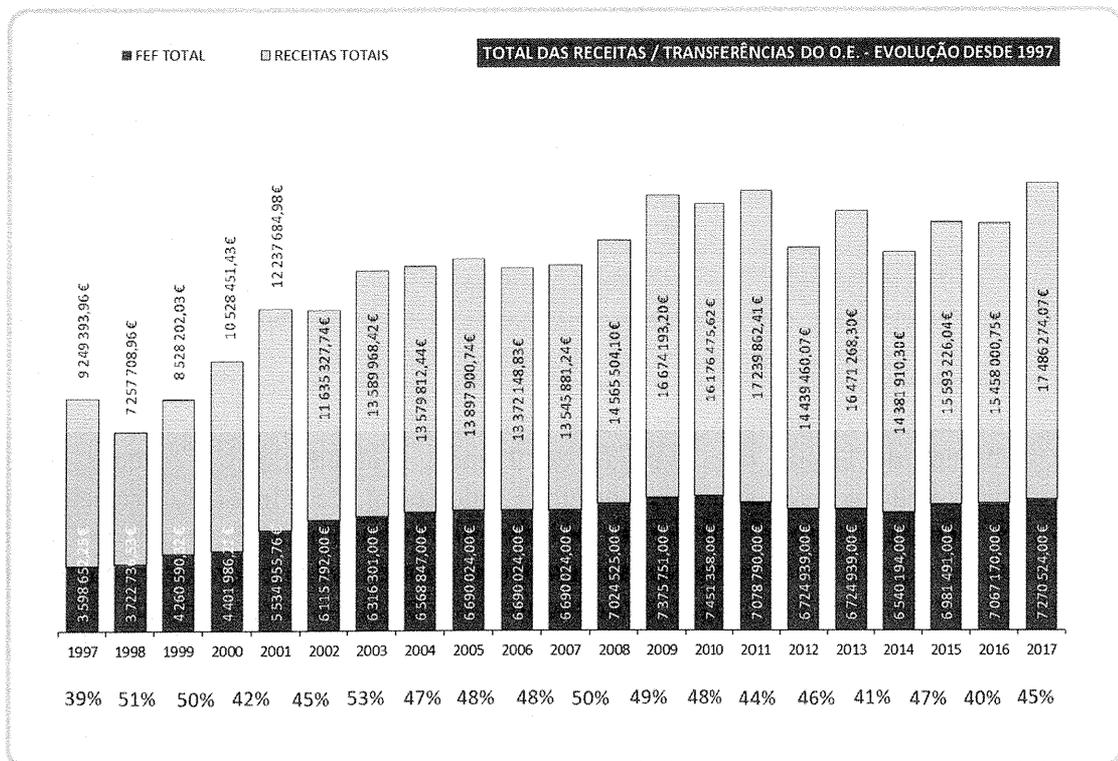
# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

*[Handwritten signatures and initials]*

RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada	Ponderações	Receita Cobrada	Ponderações	Variações (2017-2016)	
Classif.	Designação	Líquida (2017)	%	Líquida (2016)	%	€	%
01	Impostos directos	2 521 954,75 €	14,42%	2 569 426,15 €	16,76%	-47 471,40 €	-1,85%
02	Impostos indirectos	122 045,26 €	0,70%	214 640,18 €	1,40%	-92 594,92 €	-43,14%
04	Taxas, multas e outras penalidades	199 808,32 €	1,14%	919 363,12 €	6,00%	-719 554,80 €	-78,27%
05	Rendimentos da propriedade	628 785,85 €	3,60%	645 662,84 €	4,21%	-16 876,99 €	-2,61%
06	Transferências correntes	7 073 819,73 €	40,45%	6 975 851,27 €	45,50%	97 968,46 €	1,40%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 437 058,68 €	13,94%	1 578 103,57 €	10,29%	858 955,11 €	54,43%
08	Outras receitas correntes	47 759,66 €	0,27%	15 140,33 €	0,10%	32 619,33 €	215,45%
<b>TOTAL DE RECEITAS CORRENTES .....</b>		<b>13 031 232,25 €</b>	<b>74,52%</b>	<b>12 918 187,46 €</b>	<b>84,26%</b>	<b>113 044,79 €</b>	<b>0,88%</b>
09	Venda de bens de investimento	7 460,80 €	0,04%	13 832,98 €	0,09%	-6 372,18 €	-46,07%
10	Transferências de capital	1 431 827,27 €	8,19%	941 095,40 €	6,14%	490 731,87 €	52,14%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	1 000 000,00 €	5,72%	0,00 €	0,00%	1 000 000,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	134 675,43 €	0,88%	-134 675,43 €	-100,00%
<b>TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL .....</b>		<b>2 439 288,07 €</b>	<b>13,95%</b>	<b>1 089 603,81 €</b>	<b>7,11%</b>	<b>1 349 684,26 €</b>	<b>123,87%</b>
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 113,46 €	0,05%	487,42 €	0,00%	7 626,04 €	1564,57%
16	Saldo da gestão anterior	2 007 640,29 €	11,48%	1 323 042,80 €	8,63%	684 597,49 €	51,74%
<b>TOTAL DE OUTRAS RECEITAS .....</b>		<b>2 015 753,75 €</b>	<b>11,53%</b>	<b>1 323 530,22 €</b>	<b>8,63%</b>	<b>692 223,53 €</b>	<b>52,30%</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS .....</b>		<b>17 486 274,07 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 331 321,49 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 154 952,58 €</b>	<b>14,06%</b>

Fruto desta conjuntura desfavorável que ainda persiste em termos de obtenção de receitas por meio de transferências de capital, a maior expressão das receitas é cada vez mais assumida pelas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.



Ou seja, num período em que a situação económica e financeira das famílias e das empresas continua a não permitir a procura de soluções pela via do aumento de receitas próprias e uma maior aproximação entre o volume de receitas próprias e o custo efetivos dos bens fornecidos e serviços prestados pelo Município às populações, de modo a obter



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### CÂMARA MUNICIPAL

progressivamente melhores respostas à necessidade de redução dos deficits tarifários que se vêm verificando nos principais serviços prestados pelo Município, designadamente em matéria de saneamento básico e resíduos sólidos urbanos, impõe-se cada vez de forma mais premente proceder ao ajustamento possível ao nível da atividade desenvolvida e da despesa assumida. Isto é, deve continuar a atribuir-se o foco principal às ações que constituem as prioridades definidas nos documentos previsionais, tendo sempre presente a obrigação de manter uma situação financeira e uma reputação junto dos fornecedores em níveis reconhecidamente aceitáveis, como tem acontecido ao longo dos anos.

Pode verificar-se, pelo gráfico anterior, que o peso relativo das transferências do FEF face ao total das receitas é normalmente muito significativo, evidenciando essa cada vez maior dependência do orçamento municipal relativamente àquelas transferências. A situação de 2017 não difere muito do verificado no ano anterior, tanto mais que o crescimento das receitas provenientes de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS cresceram apenas 2,88%.

Na análise cíclica da evolução destas transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, verifica-se o referido acréscimo do valor global das mesmas transferências face a 2016, que em termos absolutos representa apenas um aumento de 203.354,00 €, ainda insuficiente, portanto, para que possa amortecer o impacto sofrido com os cortes sofridos nos anos de 2011 a 2014 e que representaram cerca de um milhão de euros.

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA									
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FEF /FSM /PART. IRS (corrente)	4 733 556,00 €	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €	6 633 907,00 €
FEF (capital)	2 642 195,00 €	2 670 033,00 €	2 529 190,00 €	2 398 149,00 €	1 199 075,00 €	581 690,00 €	605 376,00 €	614 353,00 €	636 617,00 €
SOMA	7 375 751,00 €	7 451 358,00 €	7 078 790,00 €	6 724 939,00 €	6 724 939,00 €	6 540 194,00 €	6 981 491,00 €	7 067 170,00 €	7 270 524,00 €
Evolução face ao ano anterior	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,75%	6,75%	1,23%	2,88%

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA											
Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
FEF /FSM /PART. IRS (corrente)	4 014 014,00 €	4 291 488,00 €	4 507 256,00 €	4 733 556,00 €	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €
FEF (capital)	2 676 010,00 €	2 398 536,00 €	2 517 269,00 €	2 642 195,00 €	2 670 033,00 €	2 529 190,00 €	2 398 149,00 €	1 199 075,00 €	581 690,00 €	605 376,00 €	614 353,00 €
SOMA	6 690 024,00 €	6 690 024,00 €	7 024 525,00 €	7 375 751,00 €	7 451 358,00 €	7 078 790,00 €	6 724 939,00 €	6 724 939,00 €	6 540 194,00 €	6 981 491,00 €	7 067 170,00 €
Evolução face ao ano anterior	0,00%	5,00%	5,00%	5,00%	1,03%	5,00%	5,00%	0,00%	2,75%	6,75%	1,23%

Graficamente, a evolução das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado num período de 9 anos, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), evidencia ainda a degradação progressiva que tem ocorrido no volume de transferências de capital diretamente do Orçamento de Estado e que tem acompanhado também a diminuição do volume global das transferências do Orçamento de Estado.

É visível um processo de correção em sentido favorável que se iniciou em 2015, mas este é ainda muito insuficiente face aos valores que se registaram nos anos de 2009 e 2010, anteriores ao exercício em funções dos atuais responsáveis autárquicos.

Daí que, conjugada esta situação com a inexistência de um volume mais significativo nas formas de financiamento alternativo através dos fundos comunitários, por efeito do



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

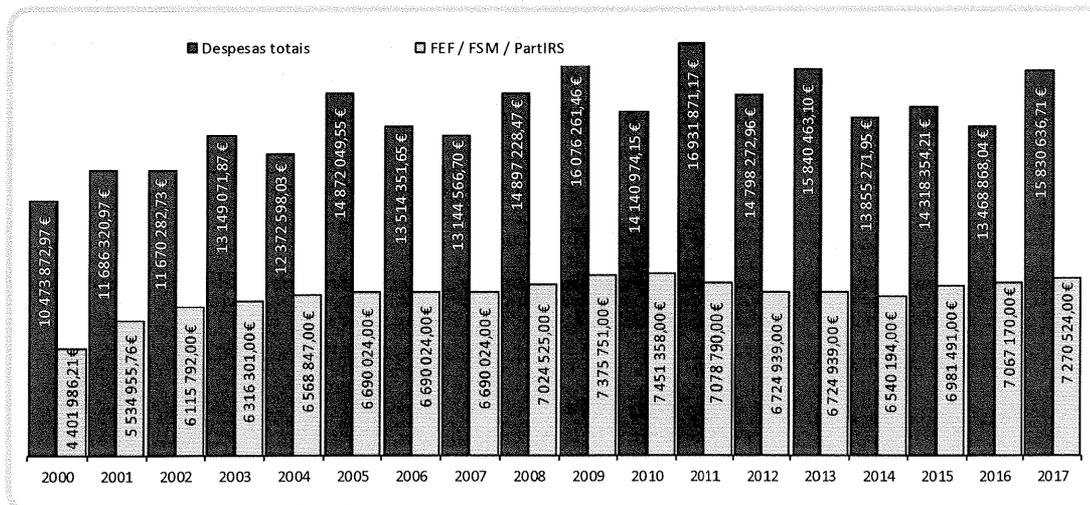
## CÂMARA MUNICIPAL

atraso que a este nível se tem verificado, seja bem evidente a atual dificuldade do Município em matéria de insuficiência de recursos financeiros.

Por seu lado, o crescimento que ocorre na parte das transferências correntes, não é mais do que o reflexo de uma crescente transferência de competências, muitas vezes sem os necessários formalismos de delegação e sem o devido acompanhamento dos adequados meios financeiros.

Noutra perspetiva de análise, também bastante simbólica quanto à atual estrutura de financiamento das autarquias locais que não podem dispor do mesmo nível de receitas próprias que é obtido pelos principais municípios do litoral, pode também observar-se a já insistentemente referida dependência das transferências do Orçamento de Estado. Neste caso, o gráfico evidencia o peso relativo dessas transferências no total da despesa realizada em cada exercício, sendo bastante claro que as variações ocorridas no nível de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de dispor de outros financiamentos externos não reembolsáveis, como são, em primeira instância, os fundos comunitários.

### EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO E DAS DESPESAS - ANÁLISE CÍCLICA



Quanto às despesas, o registo relativo à taxa de realização, que foi de 52,47% acompanhou o percurso de redução também verificado na taxa de realização das receitas.

Analisando as variações de cada um dos capítulos da despesa face às previsões corrigidas por efeito das modificações orçamentais, é mais significativa a baixa taxa de realização no Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com -10.302.625,72 € que as respetivas previsões corrigidas, representando 26,10% de taxa de execução. O Capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços apresenta também uma diferença significativa em termos absolutos, entre a previsão e a execução, num valor de -1.778.486,46 €, ainda assim, com uma taxa de execução de 70,49%. Como tem sido referido, é neste agregado que existe maior elasticidade na implementação de medidas de contenção de gastos e de obtenção de ganhos de eficiência com impacto nos custos do funcionamento dos equipamentos municipais e, por isso, é neste agregado que se opera melhor o

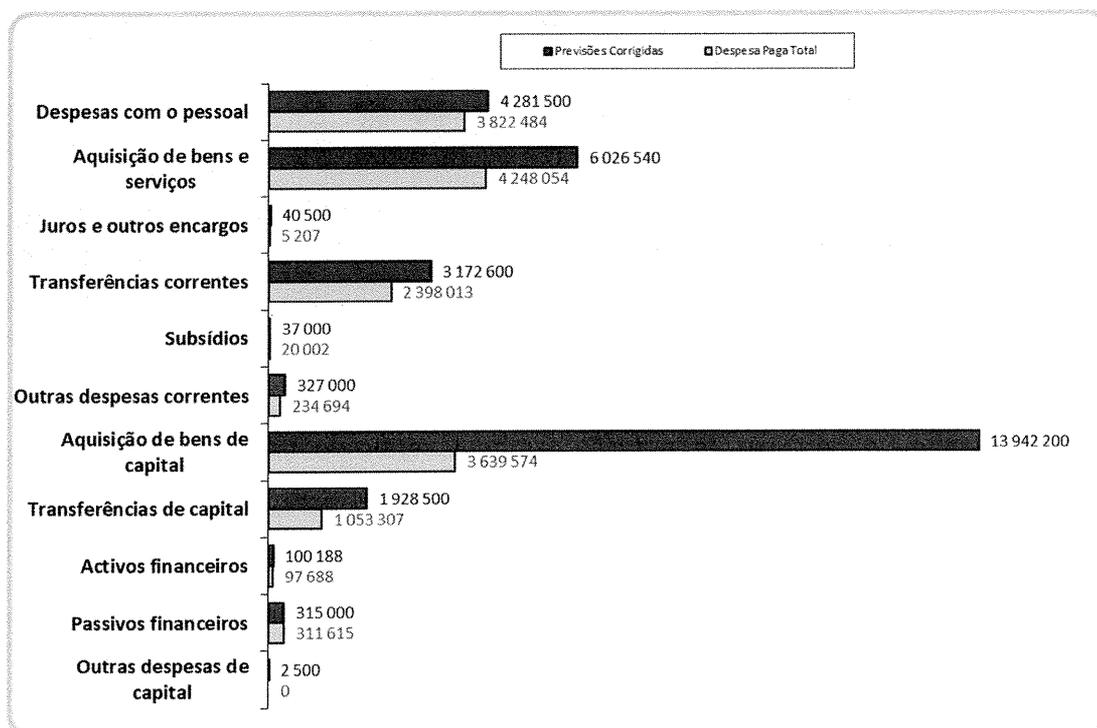


## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

ajustamento que é necessário fazer na despesa, em função das restrições que se revelam do lado da receita.

<b>DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO</b>							
Classif. Económica da Despesa		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação			Previsões		%	€
01	Despesas com o pessoal	4 000 500,00 €	4 281 500,00 €	7,02%	3 822 483,60 €	-459 016,40 €	89,28%
02	Aquisição de bens e serviços	6 069 400,00 €	6 026 540,29 €	-0,71%	4 248 053,83 €	-1 778 486,46 €	70,49%
03	Juros e outros encargos	40 500,00 €	40 500,00 €	0,00%	5 206,53 €	-35 293,47 €	12,86%
04	Transferências correntes	2 926 600,00 €	3 172 600,00 €	8,41%	2 398 013,29 €	-774 586,71 €	75,59%
05	Subsídios	15 000,00 €	37 000,00 €	146,67%	20 001,86 €	-16 998,14 €	54,06%
06	Outras despesas correntes	300 000,00 €	327 000,00 €	9,00%	234 693,65 €	-92 306,35 €	71,77%
	<b>TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ... ..</b>	<b>13 352 000,00 €</b>	<b>13 885 140,29 €</b>	<b>3,99%</b>	<b>10 728 452,76 €</b>	<b>-3 156 687,53 €</b>	<b>77,27%</b>
07	Aquisição de bens de capital	12 697 700,00 €	13 942 200,00 €	9,80%	3 639 574,28 €	-10 302 625,72 €	26,10%
08	Transferências de capital	1 698 500,00 €	1 928 500,00 €	13,54%	1 053 307,12 €	-875 192,88 €	54,62%
09	Activos financeiros	100 188,00 €	100 188,00 €	0,00%	97 688,00 €	-2 500,00 €	97,50%
10	Passivos financeiros	315 000,00 €	315 000,00 €	0,00%	311 614,55 €	-3 385,45 €	98,93%
11	Outras despesas de capital	2 500,00 €	2 500,00 €	0,00%	0,00 €	-2 500,00 €	0,00%
	<b>TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ... ..</b>	<b>14 813 888,00 €</b>	<b>16 288 388,00 €</b>	<b>9,95%</b>	<b>5 102 183,95 €</b>	<b>-11 186 204,05 €</b>	<b>31,32%</b>
	<b>TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO ... ..</b>	<b>28 165 888,00 €</b>	<b>30 173 528,29 €</b>	<b>7,13%</b>	<b>15 830 636,71 €</b>	<b>-14 342 891,58 €</b>	<b>52,47%</b>
	<b>TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS ... ..</b>						<b>52,47%</b>

Pode também observar-se que nos capítulos 01 – Despesas com pessoal e 10 – Passivos financeiros, existe uma elevada adesão da realização efetiva às respetivas previsões corrigidas, o que é consequência do facto destas despesas permitirem um maior rigor na sua previsão aquando da preparação da informação prospetiva e não serem as mesmas suscetíveis de grandes oscilações durante o decurso do exercício.



O gráfico anterior demonstra algumas das realidades acima mencionadas e é igualmente conclusivo quanto à evidência de um excesso de previsão habitualmente aplicável a alguns agregados da despesa, em consequência da indispensável elasticidade que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

permite acomodar intenções de investimento que apenas poderão concretizar-se caso surjam oportunidades de financiamento externo para essas intenções, situação que se manteve no ano de 2017 de forma bastante premente, sobretudo por causa da indefinição no arranque efetivos das operações enquadráveis nos meios de financiamento através do Portugal 2020.

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2017 e de 2016, salienta-se o aumento global de +17,46% e que encontra explicação em todos os fundamentos já atrás indicados quanto ao aumento substancial no volume de receitas e à minimização de alguns dos constrangimentos que ainda persistem em parte no que se refere à reposição dos níveis remuneratórios do pessoal ao serviço do Município e na regularização de situações afetadas pelo congelamento das progressões nas carreiras.

Por tudo isso, as despesas correntes cresceram apenas 2,73%, mas com maior aumento absoluto na conta das Despesas com pessoal, com mais 193.612,22 € (+ 5,34%). Por seu lado, as despesas de capital cresceram 68,11%, sendo que a variação de maior valor absoluto foi, naturalmente, a de Aquisição de bens de capital, pelas razões já acima indicadas e que reflete o foco nas prioridades dadas ao investimento sempre que as condições financeiras se conjugam a favor dessas vontades políticas.

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2017-2016)	
Classif.	Designação	Total (2017)	%	Total (2016)	%	€	%
01	Despesas com o pessoal	3 822 483,60 €	24,15%	3 628 871,38 €	26,92%	193 612,22 €	5,34%
02	Aquisição de bens e serviços	4 248 053,83 €	26,83%	4 254 276,82 €	31,56%	-6 222,99 €	-0,15%
03	Juros e outros encargos	5 206,53 €	0,03%	1 567,67 €	0,01%	3 638,86 €	232,12%
04	Transferências correntes	2 398 013,29 €	15,15%	2 380 585,12 €	17,66%	17 428,17 €	0,73%
05	Subsídios	20 001,86 €	0,13%	5 318,87 €	0,04%	14 682,99 €	276,05%
06	Outras despesas correntes	234 693,65 €	1,48%	172 281,62 €	1,28%	62 412,03 €	36,23%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES .....		10 728 452,76 €	67,77%	10 442 901,48 €	77,48%	285 551,28 €	2,73%
07	Aquisição de bens de capital	3 639 574,28 €	22,99%	1 232 011,81 €	9,14%	2 407 562,47 €	195,42%
08	Transferências de capital	1 053 307,12 €	6,65%	1 393 652,20 €	10,34%	-340 345,08 €	-24,42%
09	Activos financeiros	97 688,00 €	0,62%	97 688,00 €	0,72%	0,00 €	0,00%
10	Passivos financeiros	311 614,55 €	1,97%	311 614,55 €	2,31%	0,00 €	0,00%
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL .....		5 102 183,95 €	32,23%	3 034 966,56 €	22,52%	2 067 217,39 €	68,11%
TOTAL DE DESPESAS .....		15 830 636,71 €	100,00%	13 477 868,04 €	100,00%	2 352 768,67 €	17,46%

Dentro do grupo das despesas de capital a rubrica Transferências de capital registou a maior diferença negativa o que, neste caso, traduz uma nova realidade em termos de apoio às iniciativas de investimento da sociedade civil. Ou seja, após um período em que o Município realizou um esforço financeiro muito elevado no apoio aos investimentos de associações, clubes e coletividades do Concelho, as maiores necessidades encontram-se hoje satisfeitas em grande número, embora persistam ainda alguns casos que serão apoiados durante o ano de 2018.

Apesar disso e ainda no grupo das Transferências de Capital, voltou a registar-se em 2017 um aumento face ao ano anterior no que se refere ao apoio concedido pelo município para realização de investimentos de interesse coletivo por freguesias, com um acréscimo de 31.081,10 €.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

No contexto das despesas correntes, ocorreu apenas uma variação negativa, no caso, em relação à rubrica Aquisição de bens e serviços, com um decréscimo de 6.222,99 € (-0,15%).

Saliente-se ainda que esta rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços integra, apesar da diminuição face ao ano anterior, os encargos decorrentes da faturação apresentada pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. que, no ano de 2017, ascenderam a 1.294.055,91 €, valor bem representativo da enorme pressão que os mesmos encargos colocam na estrutura de custos do Município, não obstante o ajustamento tarifário de que os clientes dos sistemas beneficiaram durante todo o ano de 2017 e que correspondeu a um aumento em valor absoluto, face a 2016, de 55.156,36 €.

Do lado das variações positivas é de assinalar o crescimento de 193.612,22 € em valor absoluto nas Despesas com o pessoal (+5,34%) já anteriormente abordado e que é consequência da progressiva eliminação dos cortes salariais que tinham sido impostos aos trabalhadores em funções públicas durante o período de intervenção externa, que se prolongaram até final do primeiro trimestre de 2016 e que começaram a ser devolvidos no início de 2017, bem como da contratação de alguns assistentes operacionais para suprimento de necessidades que se vêm verificando ao nível dos serviços externos municipais.

Em termos absolutos, as transferências correntes registam um ligeiro aumento de 17.428,17 € (+0,73%) face a 2016, e que corresponde integralmente ao aumento verificado nas verbas atribuídas às freguesias e uniões de freguesias a título de transferências correntes.

Voltou a verificar-se de forma muito expressiva a tendência de afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim, como atrás já havia sido sublinhado, a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, sobretudo num período em que não existiram grandes aumentos nas principais fontes de financiamento externo na alavancagem desses investimentos.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	15 046 986,00 €	86,05%	Despesas Correntes	10 728 452,76 €	67,77%
Receitas de Capital	2 439 288,07 €	13,95%	Despesas de Capital	5 102 183,95 €	32,23%
<b>TOTAL DE RECEITAS ... ..</b>	<b>17 486 274,07 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL DE DESPESAS ... ..</b>	<b>15 830 636,71 €</b>	<b>100,00%</b>

Resulta do quadro que antecede e dos gráficos que se apresentam em seguida que as receitas de capital corresponderam a 13,95% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de 32,23 % face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de mais de 15% das receitas para despesas de capital. Esta situação mostra uma realidade que tem sido possível de obter nos últimos anos, fruto da menor arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários e de transferências de capital em geral, mas também da alteração de proporções que passou a verificar-se a partir de 2013 entre as partes corrente e de capital das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais. Até ao ano de 2006, inclusive, era normal que a parte corrente das transferências do OE representasse 60% da totalidade do FEF/FSM/Part.Fixa



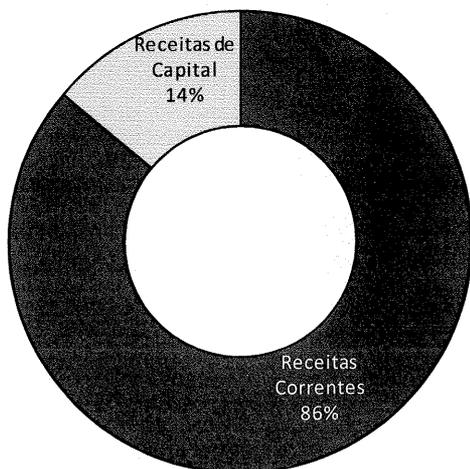
# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

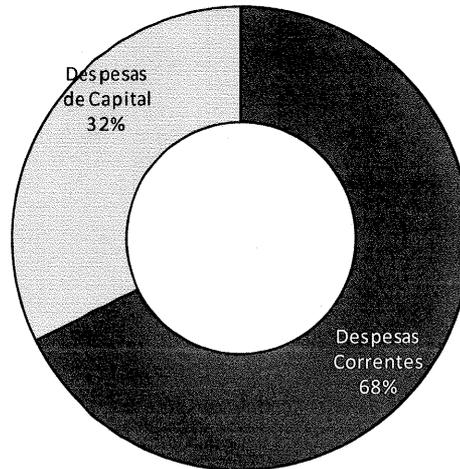
IRS. Esta situação modificou-se ligeiramente a partir de 2007, com esta componente a assumir uma proporção de cerca de 64%, que subiu para 82% em 2013 e que, após esse ano, se colocou numa proporção de mais de 90%, tendo sido em 2017 de 91,24%. Como temos vindo a afirmar, esta perspetiva que tem sido assumida pela Administração Central quanto ao que devem representar as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais, está essencialmente orientada para olhar para os municípios como meros intermediários na realização de encargos correntes e cada vez menos como agentes de desenvolvimento económico e social, que sempre foram, designadamente através da sua superior capacidade de realização de investimentos, comparativamente com outros agentes da ação do Estado no território, sendo reconhecido que nesta área são, comprovadamente, mais eficientes que qualquer outro nível da administração pública.

Aguarda-se com alguma expectativa uma nova abordagem que tem vindo a ser anunciada por parte do Governo, que trás consigo novas perspetivas em termos de regionalização do território, da qual esperamos que as autarquias venham a beneficiar.

### RECEITAS



### DESPESAS



Tendo em conta a evolução recente da participação municipal no Orçamento do Estado, já anteriormente abordada, é importante cruzar, não apenas esse valor, mas todo o conjunto das receitas correntes, com o comportamento das despesas com pessoal.

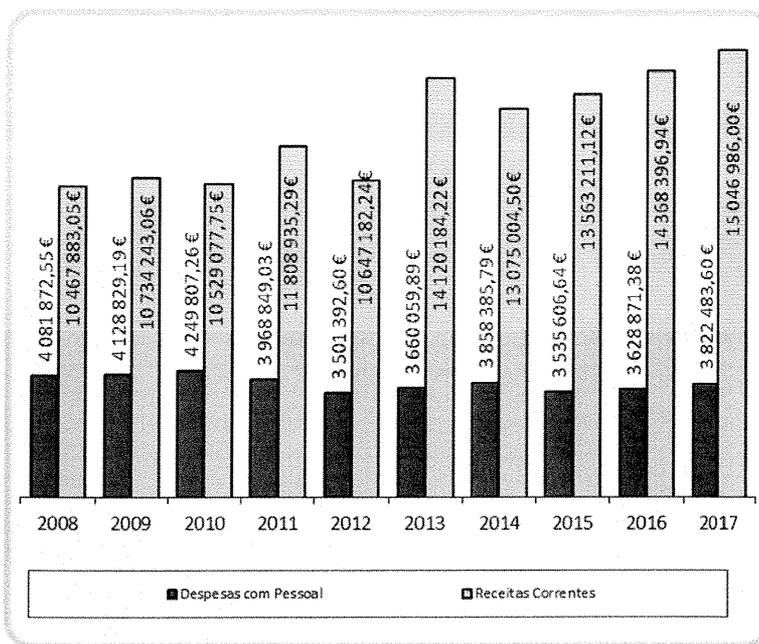
COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES										
Designação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com Pessoal	4 081 872,55 €	4 128 829,19 €	4 249 807,26 €	3 968 849,03 €	3 501 392,60 €	3 660 059,89 €	3 858 385,79 €	3 535 606,64 €	3 628 871,38 €	3 822 483,60 €
Receitas Correntes	10 467 883,05 €	10 734 243,06 €	10 529 077,75 €	11 808 935,29 €	10 647 182,24 €	14 120 184,22 €	13 075 004,50 €	13 563 211,12 €	14 368 396,94 €	15 046 986,00 €
Dp. Pessoal/Rc. Correntes	38,99%	38,46%	40,36%	33,61%	32,89%	25,92%	29,51%	26,07%	25,26%	25,40%
Evol. Desp. Pessoal	1,80%	1,15%	2,93%	-6,61%	-11,78%	4,53%	5,42%	-8,37%	2,64%	5,34%



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Num intervalo comparativo de 10 anos, pode observar-se que apenas a partir de 2013 foi obtido um rácio de despesas com pessoal face às receitas correntes inferior a 30%, no caso concreto, de 25,92%, 29,51%, 26,07%, 25,26% e 25,40%. Não se ignora, pelo que já se referiu anteriormente a propósito da distribuição do FEF entre receitas correntes e receitas de capital que as transferências correntes beneficiaram de um aumento anormal relativamente ao que seria a normal progressão desta fonte de financiamento, por efeito da alteração nas proporções entre transferências correntes e transferências de capital, mas que não se repercutiu no valor total das transferências do Orçamento de Estado. Porém, também não pode deixar de assinalar-se que nos mesmos anos as despesas com pessoal cresceram face aos exercícios anteriores, exceto no ano de 2015, em que ocorreu uma redução de -8,37%, logo seguida de uma nova subida em 2016, de 2,64%, representando um valor absoluto de 93.264,74 € e em 2017, de 5,34%, representando um valor absoluto de 193.612,22 €.

Graficamente, pode também observar-se o comportamento ao longo dos últimos 10



anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes, o qual evidencia o crescimento extraordinário das receitas correntes a partir do ano de 2013, pelas razões descritas, mas que permite também observar o comportamento relativamente constante das despesas com pessoal, cujo crescimento, nos anos em que existe, é consequência de fatores

de caráter extraordinário, sem qualquer efeito de continuidade nos custos fixos da entidade ou com origem externa, não representando, por isso, um aumento substancial do número de trabalhadores do Município.

O crescimento que vinha sendo verificado nas despesas com pessoal, interrompido nos anos de 2011 e 2012, é uma consequência da necessidade de manter uma situação financeira equilibrada na autarquia, mas também um efeito das medidas de austeridade que afetaram a generalidade dos trabalhadores da administração pública.

Noutro prisma de observação, temos a relação entre Investimentos e Transferências de Capital, que é sempre muito direta e que se reproduz no quadro seguinte.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

COMPARATIVO: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS										
Designação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Tranf. Capital (Receitas)	2 794 225,84 €	4 236 897,76 €	3 645 423,49 €	5 418 571,65 €	3 787 026,22 €	2 347 122,95 €	1 286 496,03 €	1 728 370,77 €	941 095,40 €	1 431 827,27 €
Investimentos	5 249 942,66 €	6 162 757,58 €	3 312 895,59 €	5 212 297,16 €	3 519 157,45 €	3 224 804,91 €	2 124 913,87 €	1 328 780,78 €	1 232 011,81 €	3 639 574,28 €
Investimentos/Tr. Cap.	187,89%	145,45%	90,88%	96,19%	92,93%	137,39%	165,17%	76,88%	130,91%	254,19%

Essa interdependência, que faz habitualmente parte da abordagem deste documento a essa realidade, vem mais uma vez evidenciada nos dados relativos ao ano de 2017, comprovando-se que há uma relação diretamente proporcional entre a capacidade de realização de despesas em investimentos e a possibilidade de obtenção dos fundos comunitários que se destinam a alavancar esses investimentos. Ou seja, à medida que em cada quadro estratégico de apoios comunitários se vão esgotando os meios de financiamento disponíveis, assim se vão reduzindo as possibilidades para a realização dos investimentos que, numa lógica de coesão entre os territórios e de convergência do desenvolvimento e da qualidade de vida com os níveis médios europeus, o Município assume como seus desígnios. Pelo contrário, à medida que cada novo quadro estratégico vai proporcionando formas concretas de obtenção de fundos externos, assim se vai revelando, numa proporção muito superior, a elevada capacidade e orientação do Município para a realização de novos investimentos.

Ainda que com algumas oscilações ao longo dos últimos anos, é comum verificar a existência de um volume de investimentos superior ao montante obtido em transferências de capital, tal como aconteceu em 2016 e mais expressivamente em 2017, demonstrando-se, assim, a afetação ao mesmo propósito do investimento, de outros recursos para além dos financiamentos externos, designadamente por via da aplicação de receitas correntes a despesas de investimento.

No ano de 2017 o rácio entre Investimentos e Receitas de Transferências de Capital foi de 254,19%, que se destaca bastante dos melhores quocientes, nem sempre superiores a 100%, que se verificaram nalguns dos anos do período em análise.

Em matéria de endividamento, o quadro e gráficos seguintes contêm a evidenciação da situação da dívida em 31 de dezembro de 2017, apresentada com separação entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos dez anos.

ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE CÍCLICA										
Designação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida de curto prazo	448 592,94 €	477 170,08 €	825 733,27 €	1 608 013,47 €	1 844 626,06 €	1 515 965,16 €	1 157 594,25 €	157 588,10 €	252 360,25 €	330 775,85 €
Dívida M/L prazo	3 212 538,18 €	4 607 707,35 €	6 154 613,34 €	5 636 678,23 €	5 126 823,39 €	4 624 159,64 €	4 104 992,95 €	3 617 359,36 €	3 305 744,81 €	3 994 130,26 €
Evolução face ao ano anterior	39,91%	38,89%	37,28%	3,79%	-3,77%	-11,92%	-14,29%	-25,85%	-5,17%	21,18%
Dívida ML prazo / Total dívida	87,75%	90,62%	88,17%	77,80%	73,54%	75,31%	78,00%	95,83%	92,91%	92,35%

Este valor não inclui:  
Operações de  
Tesouraria 158 758,71 €  
Reembolsos 344,50 €

Pode desde logo observar-se que, no seu conjunto, a dívida diminuiu efetivamente em 2017, uma vez que, não obstante o aumento global numa proporção de 21,18%, esse aumento em valores absolutos pelo montante de 688.385,45 € foi inferior ao acréscimo de 1.000.000 € no conjunto dos empréstimos de médio/longo prazo contratados.



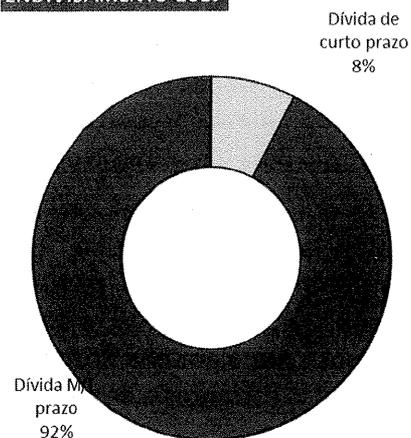
## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Ou seja, no empréstimo de 5 milhões de euros, contratado no final de 2007 e com início de utilização em 2008, foram realizados os movimentos de amortização do montante emprestado, que acumulam já o montante de 2.127.884,85 €, sendo que em relação aos dois restantes empréstimos, está pendente de amortização apenas a importância de 122.015,11 €.

Como já atrás havíamos feito referência, foi contratado um novo empréstimo em 2016, mas cuja utilização só ocorreu parcialmente em 2017, não havendo lugar ainda à realização de amortizações.

Em termos proporcionais e apesar do acréscimo verificado na dívida a médio e longo prazo, o rácio entre dívida de médio/longo prazo e o total da dívida registou um valor acima dos 90%, com uma proporção de 92%, do que resultam alguns benefícios para o Município e para os munícipes em geral. Desde logo, porque confere ao Município uma posição muito confortável no ranking das autarquias em matéria de endividamento e de prazo médio de pagamento. Por outro lado porque a capacidade de solver os seus compromissos confere ao Município um posicionamento muito favorável junto dos seus fornecedores e empreiteiros, situação que tem repercussão direta nos parâmetros usados na formação dos preços com que estes se relacionam com o Município aquando da apresentação dos seus orçamentos. Por último e para os próprios munícipes, através dos enormes benefícios que, do ponto de vista tributário, se repercutem diretamente nos seus rendimentos disponíveis, designadamente por efeito da não sujeição à aplicação das taxas máximas de IMI e outras a que o Município estaria vinculado caso não apresentasse uma situação financeira equilibrada e sem dívidas.

ENDIVIDAMENTO 2017



Ao longo do ano de 2017 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito 37 modificações orçamentais, que corresponderam a 36 alterações orçamentais, das quais não decorre qualquer mudança no montante global do orçamento e 1 revisão orçamental, esta sim com impacto no montante total do orçamento e das grandes opções do plano. No caso concreto, estas revisões orçamentais produziram uma alteração no valor global do orçamento em +7,13%, por efeito da incorporação nas receitas e consequente distribuição nas despesas do saldo de gerência anterior. Desta revisão resultou um acréscimo absoluto na dotação global de +2.007.640,29 €, exatamente igual ao saldo da gerência anterior, que suportou a mesma modificação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA ....	28 165 888,00 €	2 007 840,29 €	-200,00 €	2 007 640,29 €	30 173 528,29 €
DESPESA ....	28 165 888,00 €	4 864 240,29 €	-2 856 600,00 €	2 007 640,29 €	30 173 528,29 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					7,13%

Relativamente às receitas, ocorreram inscrições no valor de 2.007.840,29 € que, compensadas com anulações de -200,00 €, resultaram num valor de dotação final de 30.173.528,29 €, superior em +2.007.640,29 € à dotação inicial de 28.165.888,00 €.

As despesas, com dotações inicial e final iguais às receitas, tiveram inscrições no montante de 4.864.240,29 € e anulações de -2.856.600,00 €, resultando na mesma diferença de +2.007.640,29 €.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Pela análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o Balanço registou uma variação de +2,50% em comparação com o ano anterior de 2016, que por sua vez havia registado uma evolução negativa de -2,07% face ao Balanço do ano de 2015. Ou seja, o Balanço conseguiu voltar a uma tendência de subida que vinha registando nos últimos anos.

BALANÇO DO EXERCÍCIO						
ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIAÇÕES	
	2017	2016	2015		2017	2017-2016
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES</b>						
Bens do domínio público	21 193 913,75 €	21 375 674,65 €	22 128 709,21 €	53,60%	-0,85%	-3,40%
Imobilizado incorpóreo						
Imobilizado corpóreo	12 648 706,35 €	11 266 242,45 €	12 099 376,69 €	31,99%	12,27%	-6,89%
Investimentos financeiros	1 185 612,58 €	1 185 612,58 €	1 195 592,58 €	3,00%		-0,83%
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
<b>TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES</b>	<b>35 028 232,68 €</b>	<b>33 827 529,68 €</b>	<b>35 423 678,48 €</b>	<b>88,58%</b>	<b>3,55%</b>	<b>-4,51%</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES</b>						
Existências						
Clientes	233 566,16 €	207 965,17 €	201 737,00 €	0,59%	12,31%	3,09%
Outros devedores	42 885,44 €	150 000,00 €		0,11%	-71,41%	
Estado e outros entes públicos	9 056,52 €	13 916,44 €	22 695,63 €	0,02%	-34,92%	-38,68%
Outros activos correntes	2 351 667,05 €	2 231 838,12 €	2 298 618,03 €	5,95%	5,37%	-2,91%
Caixa e seus equivalentes	1 878 582,45 €	2 149 623,12 €	1 450 136,86 €	4,75%	-12,61%	48,24%
<b>TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES</b>	<b>4 515 757,62 €</b>	<b>4 753 342,85 €</b>	<b>3 973 187,52 €</b>	<b>11,42%</b>	<b>-5,00%</b>	<b>19,64%</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>39 543 990,30 €</b>	<b>38 580 872,53 €</b>	<b>39 396 866,00 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,50%</b>	<b>-2,07%</b>
PASSIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIAÇÕES	
	2017	2016	2015		2017	2017-2016
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>						
Endividamento	3 682 515,71 €	2 994 130,27 €	3 305 760,62 €	9,31%	22,99%	-9,43%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
<b>TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>	<b>3 682 515,71 €</b>	<b>2 994 130,27 €</b>	<b>3 305 760,62 €</b>	<b>9,31%</b>	<b>22,99%</b>	<b>-9,43%</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES</b>						
Endividamento	311 614,54 €	311 614,54 €	311 598,74 €	0,79%		0,01%
Fornecedores	319 334,62 €	245 111,32 €	155 980,85 €	0,81%	30,28%	57,14%
Credores diversos	515 059,12 €	592 734,81 €	667 852,30 €	1,30%	-13,10%	-11,25%
Estado e outros entes públicos	46 761,59 €	44 691,24 €	46 973,58 €	0,12%	4,63%	-4,86%
Outros passivos correntes	12 345 227,91 €	12 254 808,41 €	13 227 251,78 €	31,22%	0,74%	-7,35%
<b>TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES</b>	<b>13 537 997,78 €</b>	<b>13 448 960,32 €</b>	<b>14 409 657,25 €</b>	<b>34,24%</b>	<b>0,66%</b>	<b>-6,67%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>17 220 513,49 €</b>	<b>16 443 090,59 €</b>	<b>17 715 417,87 €</b>	<b>43,55%</b>	<b>4,73%</b>	<b>-7,18%</b>
CAPITAL PRÓPRIO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIAÇÕES	
	2017	2016	2015		2017	2017-2016
Património	7 879 373,20 €	7 879 373,20 €	7 326 593,13 €	19,93%		7,54%
Reservas legais	1 026 329,45 €	1 008 878,44 €	951 011,88 €	2,60%	1,73%	6,08%
Subsídios	687 210,70 €	687 210,70 €	25 000,00 €	1,74%		2648,84%
Doações			334 553,97 €			-100,00%
Resultado transitado	12 544 868,59 €	12 213 299,39 €	11 886 957,94 €	31,72%	2,71%	2,75%
Resultado líquido exercício	185 694,86 €	349 020,21 €	1 157 331,21 €	0,47%	-46,80%	-69,84%
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>22 323 476,80 €</b>	<b>22 137 781,94 €</b>	<b>21 681 448,13 €</b>	<b>56,45%</b>	<b>0,84%</b>	<b>2,10%</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>39 543 990,29 €</b>	<b>38 580 872,53 €</b>	<b>39 396 866,00 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,50%</b>	<b>-2,07%</b>

Foram determinantes para esta ligeira evolução positiva os comportamentos de algumas contas com maior expressão absoluta no Ativo e no Capital Próprio, desde logo:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Imobilizado corpóreo	+1.382.463,90 €	+ 12,72%
Resultado transitado	+ 331.569,20 €	+ 2,71%
Outros ativos correntes	+ 119.828,93 €	+ 5,37%

Houve, todavia, um efeito inverso em algumas contas com evolução negativa na comparação com o exercício anterior, designadamente:

Bens do domínio público	- 181.760,90 €	- 0,85%
Outros devedores	- 107.114,56 €	- 71,41%
Caixa e seus equivalentes	- 271.040,67 €	- 12,61%
Resultado líquido do exercício	- 163.325,35 €	- 46,80%

Do lado do Passivo não se registaram diminuições ou aumentos significativos, tendo apenas ocorrido uma subida na conta de Fornecedores em + 74.223,30 € (+ 30,28%) e na conta de Outros passivos correntes, que cresceu + 90.419,50 € (+0,74%). Já no que se refere às variações negativas, vale apenas destacar a descida verificada em Credores diversos, com - 77.675,69 € (- 13,10%).

Verificou-se, assim, que o Ativo, na sua globalidade, apresentou um crescimento de +2.50%, embora com comportamentos diferentes entre ativo corrente, que decresceu - 5,00% e ativo não corrente, que aumentou em + 3,55%, muito à custa da evolução verificada na Conta de Imobilizado corpóreo.

Para o comportamento global de descida do ativo corrente contribuiu fortemente o valor obtido em Caixa e seus equivalentes, bastante abaixo do que se tinha registado no final de 2016.

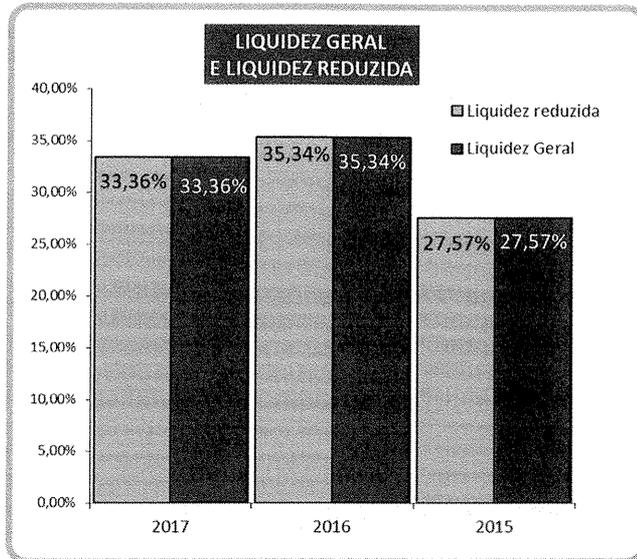
Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, com 53,60%. Em segundo plano, a conta de Imobilizado corpóreo representa 31,99%, sendo que, em conjunto, estas duas contas absorvem quase 90% do Ativo líquido. Do lado do Passivo continua a ser a Conta de Outros passivos correntes a assumir a posição de maior destaque, com 31,22% do total do balanço e na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, que determina que os proveitos e os custos sejam reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ou seja, esta conta incorpora os acréscimos de custos incorridos no próprio ano económico, mas regularizáveis apenas em momento posterior, bem como os proveitos diferidos que, no essencial, englobam todos os financiamentos externos já recebidos em termos de tesouraria, mas que apenas são reconhecidos efetivamente ao longo da vida útil contabilística dos investimentos a que se dirigiram.

No Capital próprio a conta de maior expressão absoluta e relativa é a do Resultado transitado, com um montante de 12.544.868,59 € (31,72%) a que se segue a conta de Património, com um montante total de 7.879.373,20 € (19,93%), sendo de destacar que ambas têm apresentado evolução positiva ao longo do últimos exercícios.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Verificou-se, como já foi atrás referido, um decréscimo no valor de Resultado Líquido, ao qual nos referiremos com mais detalhe na análise à Demonstração de Resultados.

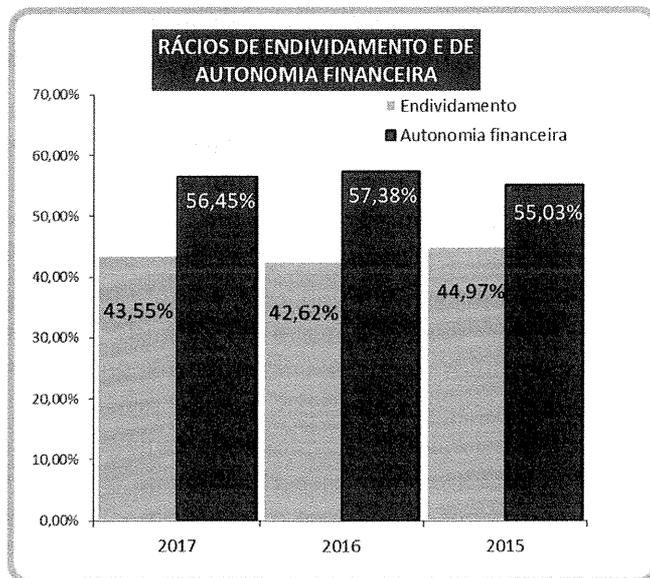


Pode também verificar-se da análise ao Balanço que o exercício de 2017 afirma uma vez mais uma situação de escassez de liquidez, com 33,63%, ligeiramente agravada face a 2016, em que o respetivo exercício foi fechado com uma liquidez de 35,34%. Uma vez que persiste a inexistência de movimentos na conta de Existências, os rácios são iguais em liquidez geral e em liquidez reduzida. A este ligeiro

agravamento não é certamente estranho o menor valor verificado em Caixa e seus equivalentes, que se reduziu em mais de 270 mil euros.

Quanto à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se a ocorrência de um rácio de endividamento de 43,55%, sem grandes alterações em comparação com os exercícios anteriores de 2015 e 2016, de um rácio de cobertura do imobilizado de 74,24% e um rácio de solvabilidade total de 129,63%.

Apresentam-se ambos com reduções muito ligeiras relativamente aos respetivos valores obtidos no exercício anterior e mantêm-se, apesar de tudo, como indicadores de situação financeira de médio/longo prazo bastante favoráveis e com boa ilustração da atual situação financeira do Município, sendo de destacar a posição do rácio de solvabilidade



total que atingiu mais uma vez um valor muito superior a 1, evidenciando uma superioridade folgada do Capital próprio sobre o Passivo.

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.



# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIÇÕES	
	2017	2016	2015		2017	2017 - 2016
Vendas e Prestações de serviços	2 397 896,17 €	1 463 997,07 €	1 528 571,11 €	18,67%	63,79%	-4,22%
Outros proveitos	-5 290,46 €	-1 324,41 €	-63 919,16 €	-0,04%	299,46%	-97,93%
Custos das mercadorias e dos subcontratos						
<b>Resultado Bruto</b>	<b>2 392 605,71 €</b>	<b>1 462 672,66 €</b>	<b>1 464 651,95 €</b>	<b>18,63%</b>	<b>63,58%</b>	<b>-0,14%</b>
Fornecimentos e serviços externos	-4 825 254,61 €	-4 849 757,86 €	-4 996 754,95 €	37,58%	-0,51%	-2,94%
Custos com o pessoal	-3 668 883,46 €	-3 511 440,53 €	-3 516 486,81 €	28,57%	4,48%	-0,14%
Impostos e Taxas	2 746 534,23 €	3 602 859,34 €	3 845 120,41 €	21,39%	-23,77%	-6,30%
Transferências e subsídios obtidos	7 696 738,96 €	7 604 592,45 €	7 784 581,62 €	59,94%	1,21%	-2,31%
Outros proveitos / (custos) operacionais	-2 291 561,84 €	-2 446 913,58 €	-1 878 405,69 €	-17,85%	-6,35%	30,27%
	<b>-342 426,72 €</b>	<b>399 339,82 €</b>	<b>1 238 054,58 €</b>	<b>2,67%</b>	<b>-185,75%</b>	<b>-67,74%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>2 050 178,99 €</b>	<b>1 862 012,48 €</b>	<b>2 702 706,53 €</b>	<b>15,97%</b>	<b>10,11%</b>	<b>-31,11%</b>
Amortizações	-2 106 622,51 €	-1 970 240,64 €	-1 976 269,31 €	16,41%	6,92%	-0,31%
Provisões	-150 000,00 €	-4 217,29 €	-8 542,92 €	1,17%		
	<b>-2 256 622,51 €</b>	<b>-1 974 457,93 €</b>	<b>-1 984 812,23 €</b>	<b>17,57%</b>	<b>14,29%</b>	<b>-0,52%</b>
<b>EBIT - Resultado operacional</b>	<b>-206 443,52 €</b>	<b>-112 445,45 €</b>	<b>717 894,30 €</b>	<b>-1,61%</b>	<b>83,59%</b>	<b>-115,66%</b>
Proveitos e ganhos financeiros	669 935,54 €	675 389,26 €	640 330,56 €	5,22%	-0,81%	5,48%
Custos e perdas financeiras	-37 685,33 €	-103 026,77 €	-46 691,17 €	0,29%	-63,42%	120,66%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>632 250,21 €</b>	<b>572 362,49 €</b>	<b>593 639,39 €</b>	<b>4,92%</b>	<b>10,46%</b>	<b>3,58%</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	872 509,60 €	979 713,62 €	867 548,89 €	6,79%	-10,94%	12,93%
Custos e perdas extraordinárias	-1 112 621,43 €	-1 090 610,45 €	-1 021 751,37 €	8,66%	2,02%	6,74%
<b>Resultado de operações extraordinárias</b>	<b>-240 111,83 €</b>	<b>-110 896,83 €</b>	<b>-154 202,48 €</b>	<b>1,87%</b>	<b>-116,52%</b>	<b>28,08%</b>
Imposto sobre o rendimento						
<b>Resultado não operacional</b>	<b>392 138,38 €</b>	<b>461 465,66 €</b>	<b>439 436,91 €</b>	<b>-3,05%</b>	<b>15,02%</b>	<b>-5,01%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>185 694,86 €</b>	<b>349 020,21 €</b>	<b>1 157 331,21 €</b>	<b>1,45%</b>	<b>-46,80%</b>	<b>-69,84%</b>

Destaca-se, em primeiro lugar, que o decréscimo verificado no Resultado Líquido do Exercício (-46,80%) não foi afetado por operações financeiras ou por operações extraordinárias, que se mantiveram em valores próximos dos obtidos no exercício anterior, apesar de alguma diminuição nos proveitos e ganhos extraordinários.

No que concerne à atividade operacional, são de destacar, pela negativa, a redução em Impostos e Taxas e, pela positiva, o elevado crescimento em Vendas e prestações de serviços.

Analisando com mais detalhe estes agregados, verifica-se, relativamente aos Impostos e Taxas, uma diminuição muito significativa em termos absolutos, de - 856.325,11 €, que tem um impacto muito forte no EBITDA, apenas corrigido pela boa prestação da conta de Vendas e prestações de serviços, com um acréscimo de + 933.899,10 €.

Na transição do EBITDA para o EBIT – Resultado Operacional, surge com forte impacto o valor crescente em Amortizações (2.106.622,51 €), com mais 6,92% e, desta vez também, o valor de Provisões, que atinge uma dimensão considerável pelo reconhecimento de um valor de 150.000,00 € que, apesar de tudo, terá uma resolução a breve prazo.



## MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Os resultados obtidos ajudam também a considerar mais uma vez que não podem ser ignoradas as particularidades próprias do caráter diferenciado das autarquias locais comparativamente com outras organizações de finalidades lucrativas, uma vez que grande parte da atividade assumida como operacional, portanto, relevante para o resultado operacional é, em grande medida, uma acumulação de ações de caráter social, através do apoio direto às associações e outras entidades de interesse coletivo, ou de iniciativas de promoção e afirmação do concelho, que só indiretamente e a médio/longo prazo geram retornos materialmente relevantes e reconhecíveis como proveitos.

Por outro lado, o elevado volume de amortizações, já atrás evidenciado, incorpora um vasto conjunto de amortizações em ativos que não concorrem diretamente para a formação de proveitos equilibradores do resultado operacional, mas que o afetam do lado dos gastos e que, por essa razão, também produzem impacto negativo no Resultado operacional e, por conseguinte, no Resultado Líquido do exercício.

Pelas mesmas razões, são ainda de considerar os impactos produzidos por contas de gastos como alguns Fornecimentos e serviços externos e alguns Custos com pessoal em que boa parte dos mesmos não são incorridos para satisfação de atividades produtivas geradoras de proveitos operacionais, mas simplesmente para cumprimento de obrigações de serviço público.

Como já foi referido, as operações financeiras não evidenciaram grandes alterações em valores absolutos, tendo registado um aumento combinado de proveitos e custos de + 10,46%, essencialmente obtido à custa da enorme redução em custos e perdas financeiras, com - 63,42%.

No caso das operações extraordinárias, que do lado dos proveitos reflete a arrecadação de receitas relativas a transferências de capital de proveniência externa (fundos comunitários) e que do lado dos custos reconhece as transferências de capital concedidas às freguesias e a outras entidades para apoio ao investimento, verificou-se uma significativa descida dos proveitos, em - 107.204,02 € e, apesar de pouco significativo, um crescimento dos Custos, no montante de 22.010,98 €.

Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT acentuaram uma vez mais a evidência do quão é insuficiente a rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal vista como um todo. Como se referiu acima, a propósito da natureza de alguns custos operacionais incorridos, boa parte dos recursos utilizados na atividade municipal, geradores de gastos reconhecidos na formação do resultado operacional, não são eles próprios, no todo ou em parte, geradores de proveitos operacionais.

Ou seja, há uma proporção da atividade municipal orientada para o cumprimento de fins públicos e para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das populações, que afeta o bom desempenho do resultado operacional e que não é um problema em si mesmo, mas uma consequência natural da especificidade dos municípios, de que o Município de Oliveira do Hospital não se afasta, enquanto autarquia local e entidade pública boa concretizadora das finalidades que a Constituição e as leis lhe atribuem.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Deve, por isso, ser mantida uma preocupação de ajustamento às realidades cada vez mais exigentes, designadamente em termos legais, que nos impõem a adoção de medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais, seja do lado da obtenção de poupanças na atividade quotidiana, seja também na distribuição equitativa dos deficits pelos utilizadores diretos dos diversos bens e serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, isto é, procurando de forma progressiva e sem ignorar as situações de carência social que persistem, fazer a convergência entre o custo da prestação de serviços e utilidades aos munícipes e o valor recuperado a título de taxas, tarifas e preços para os mesmos bens e serviços.

Deve finalmente referir-se que a parte marcadamente não lucrativa da atividade autárquica, relativa aos investimentos, é normalmente muito mais representativa do movimento financeiro anual do Município do que aquela que determina a obtenção de proveitos reconhecíveis na Demonstração de Resultados, situação que, pelas razões sobejamente apontadas anteriormente, não se confirmou uma vez mais no exercício findo.

*[Handwritten signatures and initials]*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2017, no montante de 185.694,86 €, deverá ser efetuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 9.284,74 (nove mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos);
- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, de que resulta um valor de 29.424,86 €. Uma vez que o valor do Resultado Líquido permite também desta vez uma aplicação deste montante, o património deverá ser reforçado precisamente pelo montante de € 29.424,86 (vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e oitenta e seis cêntimos);
- Resultados Transitados, pelo valor de 146.985,26 € (cento e quarenta e seis mil novecentos e oitenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos) como remanescente ao total do Resultado Líquido do Exercício.

**CONCLUSÃO**

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2017, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 13 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -